

ATA N.º 6/2024

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2024:

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Jorge Alberto Bombas Amador (CDU) e Célia Sousa Martins (PSD), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Ferrel, da Serra d'El-Rei e Vogal da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Mariana Conceição Santos Rocha (CDU), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), João Viriato Santos Oliveira (CHEGA), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Tiago Brás Correia (GCEPP) reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação das atas das sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apresentação de pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas consolidadas relativas ao ano de 2023;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a aprovação do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Peniche e a Digital Nomads Association Portugal, no que concerne à autorização para a assunção do compromisso plurianual;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a terceira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2024;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a

revogação da transferência da competência prevista na alínea g) no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, transferida para a Freguesia de Atouguia da Baleia.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e cinco minutos, encontrando-se na sala vinte e três dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Tiago Brás Correia (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Mariana Conceição Santos Rocha (CDU), encontravam-se a substituir os senhores Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Ana João dos Santos Lima (PSD), Margarida da Silva Martins (PSD) e Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Compareceram no decurso da sessão os senhores Tiago Brás Correia (GCEPP) e Natália Susana Colaço Rocha (PS), durante a apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, passando de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP), Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP), Rita Alexandra Santos Marçalo (PSD) e Carolina Pereira Vala (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Manuel Quinta Martins Salvador (PSD), Humberto Manuel Costa Ferreira (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pelo Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, do Município de Peniche, Rui Vargas, coadjuvada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista, saiu da sessão eram uma hora e quarenta minutos, após a apreciação do ponto dois da ordem do dia, pelo que não participou na apreciação e votação dos pontos seguintes (3, 4, 5 e 6).

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 1/2024, respeitante à primeira reunião da sessão ordinária de fevereiro, realizada no dia 02 de fevereiro de 2024, tendo sido dispensada a leitura da mesma por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Posta à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetida à votação a ata em apreço, constatou-se o seguinte resultado:

Ata n.º 1/2024 – Aprovada, por unanimidade, com dezassete votos a favor.

Apenas participaram na aprovação da ata os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes na reunião, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

A Primeira Secretária da Mesa, Inês Lourenço, deu conhecimento de que a Assembleia Municipal recebeu o seguinte expediente:

- A Edição da Voz das Misericórdias, de abril de 2024;
- A Edição da Associação Portuguesa de Deficientes, de maio.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Em complemento, informou que, na passada quarta-feira, teve o prazer de acompanhar os dezoito jovens da Assembleia Municipal Jovem à Assembleia da República, acompanhado pela senhora Vereadora Ana Rita Petinga, foi uma jornada muito interessante para os nossos jovens que, para além de conhecer o Palácio de São Bento com recurso a um guia, colocaram à prova os seus conhecimentos históricos.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Mário Mamede (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de congratulação:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche apresenta um voto de congratulação a todos os atletas do nosso concelho, respetivas associações e clubes que têm vindo a alcançar na presente época desportiva feitos com relevância no panorama nacional.

Destacamos o atleta Kevin Santos do Município de Peniche pelos prémios recebidos na 27.ª Gala do Desporto, promovida pela Confederação do Desporto de Portugal que representa a celebração do desporto nacional e de todas as federações desportivas.

Gostaríamos de apresentar, também, um voto de congratulação pela organização do 39.º Triatlo Cidade de Peniche, no passado dia 01 de junho, que contou com a participação de 1250 atletas. A prova na nossa cidade é cada vez mais uma etapa de referência na modalidade. Aos atletas em geral e especialmente aos que representaram o Município de Peniche o nosso agradecimento.»

Francisco Lourenço (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de congratulação:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche felicita o Município de Peniche, a BlueBio Alliance e a Smart Ocean de Peniche pela iniciativa Empreender Mar, iniciativa no âmbito do Dia Europeu do Mar que se celebra anualmente no dia 20 de maio.

Recordamos que o Dia Europeu do Mar visa consciencializar para a importância do mar, da economia azul sustentável e das oportunidades que o mar traz nas áreas da inovação, da investigação e da cooperação, destacando a importância da preservação ambiental e da biodiversidade dos mares.

A iniciativa Empreender Mar decorreu no Auditório do Edifício Cultural e teve como público-alvo os alunos do ensino secundário, procurando salientar as oportunidades e desafios relacionados com a economia do Mar e com o propósito de fomentar carreiras profissionais ligadas ao mar.

Destaco a apresentação de diversos projetos de empresas ligadas à economia azul que se destacam pela inovação e com o objetivo de partilhar conhecimentos e inspirar os alunos a refletirem os desafios ligados à economia azul sustentável e em especial com a aplicabilidade na região de Peniche.»

Luís Almeida (PSD):

Apresentou um voto de congratulação à coletividade Peniche Amigos Clube (PAC) que se apurou para o Final Four, na categoria de Juvenis, o que lhes dá uma forte possibilidade de participarem, no próximo ano, o Campeonato Nacional da respetiva categoria.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

«Relativamente às felicitações que foram apresentadas, eu queria subscrever todas e queria fazer a seguinte consideração, eu li que houve uma força política que desvalorizou o Triatlo de Peniche. Eu, tendo sido responsável durante doze anos pelo Pelouro do Desporto, quero dizer que o Triatlo de Peniche não é só o Triatlo de Peniche, é o Triatlo de Portugal, porque foi aqui que tudo começou e faz todo o sentido realizá-lo, quero felicitar pela sua realização e dizer que todos nós temos de perceber que há modalidades que têm uma importância muito grande, o Badminton, o Futebol, o Surf, mas em Peniche nasceu o Triatlo, por isso queria deixar aqui uma palavra a toda a estrutura municipal, com quem tive a oportunidade de trabalhar, mas também aos atletas de Peniche que são muitos felizmente que praticam esta modalidade.

Eu pedi para falar neste ponto para apresentar a proposta relativamente à questão da Saúde. Como o senhor Presidente está lembrado, há dezoito meses, eu apresentei uma proposta, em pleno mês de dezembro, para realizarmos uma Assembleia Municipal Extraordinária com o objetivo de discutirmos as questões da Saúde no concelho de Peniche e quando pus as questões da saúde coloquei a questão do hospital/urgências, naturalmente, e as questões das extensões de saúde pelas razões de falta de pessoal, nomeadamente de médicos. Passou este tempo todo, eu já coloquei esta questão várias vezes na Assembleia, aliás, recordo que numa das Assembleias deste ano, coloquei como ponto prévio com a anuência do senhor Presidente da Assembleia Municipal a preocupação relativamente ao encerramento das urgências temporariamente no Hospital de Peniche e estamos outra vez com o mesmo problema, portanto, eu considero que não há, neste momento, nenhuma justificação para não convocarmos uma Assembleia Extraordinária. A proposta que apresentei é no sentido de ser no início de julho, sou sensível a outra data, não tenho nenhum problema que seja noutra data, e pus

no ponto um, que a reunião fosse marcada para o início de julho, propus que deve ser convidada a senhora Secretária de Estado da Saúde, naturalmente, senhora Secretária e Estado pode não aceitar o convite, mas isso é uma questão que compete à Senhora Ministra e à Senhora Secretária de Estado resolver, não estando nem uma nem outra pode vir outra pessoa em sua representação, aliás, não era a primeira vez que isso acontecia, relativamente à questão do hospital.

Ponto três, dar conhecimento desta proposta que apresentei à população, porque todos nós somos interessados pela qualidade e pela saúde de excelência no nosso concelho e aquilo que, neste momento, não existe no nosso concelho é um serviço de qualidade e em nome do Serviço Nacional de Saúde e tudo aquilo que ele significou para nós ao longo destes 50 anos do 25 de Abril, estamos a comemorar a revolução, faz-me todo o sentido colocar todas estas questões perante a população e acima de tudo ajudar a resolver, porque é verdade que este Governo só tem cerca de três meses de mandato, mas é verdade também que continuamos com o mesmo problema, o hospital de vez em quando fecha o Serviço de Urgências, portanto, nós não queremos um hospital que não tenha Serviço de Urgência Básica, sendo nós um concelho de turismo e, mais ainda, estando nós no início de uma época balnear, isso é que é mais preocupante.»

Inês Lourenço (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, os seguintes votos de saudação:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche apresenta um voto de saudação pela 8.ª Edição do Lisbon Music Fest e pelo regresso a Peniche deste festival internacional que reúne jovens músicos de todo o mundo em Orquestras, Coros, Jazz, Big Bands, Ensembles e Música de Câmara.»

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche saúda o Dia Nacional do Pescador que se celebrou no passado dia 31 de maio, embora tradicionalmente o celebramos no dia 01 de junho, foi isso que aconteceu.»

Saudamos, então, as comemorações deste dia de particular significado para a nossa comunidade que contaram com as homenagens aos profissionais da pesca que se destacaram nos seus percursos de vida e que deram o seu contributo para a nossa comunidade.

Contou, ainda, com um espetáculo de fado e, ainda, a inauguração da exposição de modelismo naval, intitulada “Miniaturas em Grande”, patente até 23 de junho, no Clube Recreativo Penichense e que recomendo a todos uma visita.»

Mariana Rocha (CDU):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de louvor:

«Há poucos dias celebrou-se o Dia Nacional do Pescador, permitam-me um reconhecimento e agradecimento aos pescadores da nossa comunidade bem como a todos os pescadores do nosso país, heróis no mar que todos os dias asseguram que o peixe da nossa costa possa chegar às nossas casas e não esquecendo que o Setor da Pesca deve continuar a ser um importante motor de desenvolvimento económico.»

Lamentamos não ter sido inaugurado o monumento ao Homem do Mar, fazendo votos que o objetivo seja concretizado.»

Hugo Martins (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de congratulação:

«No âmbito do programa Educar para uma Geração Azul, o Município de Peniche em articulação com a Fundação Oceano Azul entregou livros infantis da “Patrulha” aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, livros estes que têm uma abordagem didática em que a patrulha guia os alunos em aventuras, para juntos descobrirem mais sobre o oceano, aprenderem a valorizá-lo e também a protegê-lo.

O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche deixa aqui um voto de congratulação por esta excelente iniciativa, pois considero ser ferramentas essenciais para termos um melhor ecossistema no futuro e sensibilizar logo, desde cedo, para práticas que respeitem os oceanos e consequentemente o ambiente como um todo. Os nossos parabéns.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de pesar:

«Os Deputados do Partido Socialista expressam o nosso profundo pesar pelo falecimento da filha do nosso autarca na Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Humberto Perdigão.

Neste momento de dor e de tristeza, manifestamos a nossa solidariedade e os nossos mais sinceros sentimentos à família.

Reconhecemos a importância da família como um pilar de apoio e entendemos a dor e a perda de um ente querido, especialmente uma filha.

Apresentamos este voto de pesar como uma forma de prestar homenagem e demonstrar o nosso respeito pela família, pelo falecimento da Margarida Perdigão.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Começo por me associar a todos os outros votos de congratulação e saudação que, obviamente, são comuns por todas as iniciativas. Focaram o Triatlo, as Tasquinhas de Atouguia da Baleia e muitas iniciativas promovidas, sinal do dinamismo das nossas Associações e Juntas de Freguesia, é o poder local em movimento.

Gostaria de dar uma palavra sobre a importância do associativismo como um pilar fundamental para o desenvolvimento do concelho. Muitas vezes se emitem votos de saudação, votos de congratulação, mas é sempre de reforçar a significativa função social desempenhada pelas diversas associações, muitas vezes complementando o papel do Estado, sobretudo, a nível do Desporto, da Cultura, do Lazer, da Recreação, da Solidariedade Social, razões que justificam que atenção e apoio nunca falem por parte do poder local.

Esta nota inicial, porque focamos aqui tantas vezes iniciativas das diversas associações que quer dizer o associativismo no nosso concelho está bem vivo.

A este propósito, acrescento os 74 anos da União Desportiva e Cultural de São Bernardino, de quem é Presidente o senhor Deputado Vítor Agostinho, o Grupo Desportivo Atouguiense, com 102 anos de existência e ainda uma menção especial à equipa de futebol do Sporting Clube Vila Maria que se sagrou vencedor da Taça Inatel Leiria 2023-2024.

Haveria muitas outras e penso que é o papel de todos nós congregar o conjunto para que nenhuma das nossas associações fiquem esquecidas pelos Deputados Municipais.

Saudar a Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei pela organização da 1.ª Feira Medieval, nos dias 06 e 07 de julho, a propósito do 21.º aniversário da vila.

Congratular-me, sobretudo, pelas iniciativas integradas nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, saudar o excelente trabalho desenvolvido pela comissão organizadora que veio reforçar a importância de Peniche em todo este processo de transição de ditadura para a democracia. É evidente que se tornou importante o papel de tantos e tantos resistentes que contribuíram para que hoje tenhamos um país livre, não menos importante se torna que hoje se preserve a memória,

para que as novas gerações saibam o que significou o regime fascista, marcas indispensáveis numa política de educação de valores democráticos. Citou o que foi dito numa primeira Assembleia do início deste ano: “Celebrar 50 anos de liberdade e democracia passa por envolver toda a sociedade na evocação de um chão comum fundado em liberdade e no pluralismo que respeita a memória, mas aponta o futuro, sobretudo, às novas gerações, esse papel está a ser cumprido.”

A este propósito, ainda nas comemorações, convidamos todos os eleitos locais para que no próximo dia 15 de junho, neste mesmo local, pelas 15 horas, haverá conferência “contributos de Peniche para a conquista da liberdade e da democracia”, é o continuar de várias iniciativas integradas nas comemorações dos 50 anos. O momento alto foi a inauguração do Museu Nacional de Resistência e Liberdade e, a propósito do museu, penso que será também importante referir, até porque tenho feito algum trabalho em conjunto com o museu, que este novo equipamento está a gerar, de facto, grande atratividade, com uma média diária de 700 visitantes, o que me parece, numa fase inicial, significativo e que muito contribui sobretudo para a componente da restauração.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em nome da Freguesia de Peniche, associamo-nos a todos as congratulações e votos aqui apresentados anteriormente.

Felicitar pelo 29.º aniversário da Casa do Benfica de Peniche.

Felicitar o 34.º aniversário da Juventude do Visconde que ocorreu no passado dia 03 e 04 de maio.

Dar também os parabéns aos atletas, equipa técnica da Secção de Pesca Submarina do Clube Naval de Peniche, pelo 3.º lugar alcançado no Campeonato Nacional de Pesca Submarina, que teve lugar no dia 05 de maio, em Portimão.

Felicitar o Clube Stella Maris, Secção de Basquetebol, pelo 3.º Torneio de Minibasquete Monsenhor Bastos que teve lugar no Pavilhão Polivalente, nos dias 11 e 12 de maio.

Dar novamente os parabéns ao Clube Stella Maris, que obteve o 2.º lugar na Final Four, Distrital Sub-18 masculino.

Uma congratulação também para o grupo de teatro da Universidade Sénior pela apresentação que os nossos idosos têm feito com a peça de teatro “Refúgio Linha de Água”, portanto, um voto para este tipo de iniciativas com a nossa camada sénior.

Felicitou o Sporting Clube Vila Maria e a equipa técnica, a família Vila Maria, as mulheres e os familiares pela conquista da Taça Inatel Leiria 2024, que teve lugar no dia 18 de maio, no Estádio Municipal de Óbidos.

Quero também felicitar alunos e professores dos Agrupamentos de Escolas de Peniche, Escola Secundária, Agrupamento de Escolas D. Luís de Ataíde e Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia e todos os envolvidos na Assembleia Municipal Jovem que teve lugar no dia 24 de maio, no Auditório da Câmara Municipal.

Quero também dar os parabéns aos sócios, simpatizantes e direção da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa “O Independente” que fez agora 45 anos, no dia 25 de maio.

Felicitar também os atletas, famílias, equipas técnicas dos Iniciados A, do Grupo Desportivo de Peniche, que foram campeões da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Leiria, no dia 26 de maio, ascendendo ao campeonato nacional.

Os parabéns ao Peniche Amigos Clube (PAC), à Secção de Futsal, pelo apuramento inédito para a Final Four, Taça Nacional dos Juvenis masculinos.

Um agradecimento à Freguesia de Peniche que teve duas iniciativas no dia 30 de abril, no “Há Festa no Bairro”, na Prageira. Obrigada a todos os moradores da Prageira que se sentiram

envolvidos e aquele sentimento de pertença àqueles bairros, e também, no dia 01 de junho, tivemos uma festa no Bairro de Santa Maria, muito obrigada à malta do Bairro da Caixa.

A Freguesia de Peniche também se associa e lamenta o voto de pesar dirigido ao senhor Humberto Perdigão.»

Célia Martins, Vogal da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia (PSD):

Disse o seguinte:

«Também nos associamos de forma especial ao voto de pesar do Partido Socialista, pela partida da Margarida, destacando, sobretudo, o papel importante que ela teve na nossa comunidade, até porque ela fazia parte da Direção da Sociedade Filarmónica e é sempre uma consternação para todos, sobretudo, uma jovem de tenra idade partir tão cedo. O senhor Humberto Perdigão faz parte da Assembleia de Freguesia, na reunião da sessão ordinária da Junta de Freguesia, no passado dia seis, também fizemos uma nota de pesar para a família.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Também tive a oportunidade de conhecer a Margarida e foi com um sentimento de tristeza que recebi essa notícia e também nos associamos ao voto de pesar que foi feito pela Bancada do Partido Socialista.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Quero associar-me ao voto de pesar da Margarida, até porque o senhor Humberto Perdigão foi meu colega de trabalho na Rádio 102 FM durante muitos anos.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Felicitou os novos órgãos da Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Ferrel e desejar bom trabalho aos órgãos que foram eleitos e que se disponibilizaram para este trabalho nobre e voluntário, nomeadamente ao seu Presidente, Vasco Marques.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Propôs um minuto de silêncio em honra da senhora Margarida Perdigão.

Todos os presentes guardaram, de pé, um minuto de silêncio.

APRECIÇÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Quero informar que, na sequência da reunião extraordinária que se realizou sobre a temática do parque industrial do Vale do Grou, o Partido Social Democrata constituiu uma equipa par estudar e apresentar uma proposta que oportunamente apresentaremos à Câmara e à Assembleia.»

Luís Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Houve a informação de que a Ilha da Berlenga teve, em 2023, cerca de 75.000 visitantes gerando o valor na ordem dos 207.000 euros de Taxa Turística. Sabendo que é provável que o executivo não tenha responsabilidade na aplicação desta taxa, uma vez que, provavelmente, é responsabilidade da Comissão de Cogestão, gostaríamos de perguntar ao executivo se tem ideia de como este valor será aplicado.»

António Vieira (PSD):

Disse o seguinte:

«Serve esta minha intervenção para assumir uma pretensão da nossa bancada sobre um tema de extrema importância para o desenvolvimento da nossa comunidade, a criação de uma Carta Municipal Desportiva. A criação deste documento não deverá ser apenas uma formalidade, mas sim um guia estratégico essencial para a promoção do desporto e para a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes. É do conhecimento de todos que o desporto tem um papel fundamental no desenvolvimento físico, mental e social dos indivíduos. Além de melhorar a saúde e o bem-estar, a prática desportiva promove valores como a disciplina, o trabalho em equipa e a resiliência. Para que possamos escolher todos estes benefícios, é imprescindível que tenhamos uma infraestrutura adequada e bem conservada. A Carta Municipal Desportiva terá de ser um instrumento vital na criação e gestão dos nossos equipamentos desportivos. Este momento deverá delinear claramente as diretrizes para a construção, manutenção e utilização dos espaços desportivos do nosso município. Para uma carta bem estruturada devemos assegurar que todos os cidadãos, independentemente da idade ou condição social, tenham o acesso a instalações desportivas de qualidade. Além disso, a carta deve estabelecer um sistema eficaz de monitorização e avaliação do estado de conservação destes equipamentos. A manutenção regular é crucial para garantir a segurança e a longevidade das instalações evitando assim custos elevados e reparações futuras, garantindo que os espaços estejam sempre prontos para o uso da comunidade. Devemos também reconhecer o desporto como um catalisador para o desenvolvimento social e económico do nosso município. Através do incentivo à prática desportiva, podemos aumentar a coesão social e promover a inclusão, o desporto é uma poderosa ferramenta de integração social capaz de unir pessoas de diferentes origens e promover uma cultura de paz e respeito mútuo. A ligação do município com as diversas associações desportivas é um elemento crucial para o sucesso desta iniciativa. As associações desportivas locais desempenham um papel vital no fomento da prática desportiva e na organização de eventos e atividades que mobilizam a comunidade. Uma Carta Municipal Desportiva deve, portanto, ser elaborada em estreita colaboração dessas associações garantindo que as suas necessidades e sugestões sejam plenamente consideradas, este diálogo contínuo fortalecerá a parceria entre o município e as associações, resultando num planeamento mais eficaz e soluções mais adequadas às realidades locais. É importante destacar que o desporto pode estimular a economia local, seja através de criação de empregos diretos e indiretos, seja pelo incentivo ao turismo desportivo. Grandes eventos desportivos podem atrair visitantes e gerar receitas significativas para o município, portanto, é com este espírito que recomendo fortemente a criação de uma Carta Municipal Desportiva, esta carta deve ser elaborada com a participação de todos os setores da sociedade incluindo associações desportivas, escolas, empresas e os próprios munícipes, juntos poderemos definir as prioridades e estratégias que melhor atenderão às necessidades da nossa comunidade. Em conclusão, uma Carta Municipal Desportiva bem elaborada será a base para um futuro mais saudável, ativo e próspero para todos, investir no desporto é investir no bem-estar e no desenvolvimento dos nossos cidadãos, conto com o vosso apoio

e colaboração para transformar esta visão em realidade, juntos faremos do desporto um pilar do desenvolvimento municipal.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Registei a comunicação da constituição da comissão, aguardaremos que nos chegue.

Em relação à receita proveniente das taxas das viagens para a Berlenga, isso está consagrado, foi notícia recentemente, que está para ser assinado um protocolo nesse sentido que consagra que parte das receitas serão transferidas anualmente para o município, onde será aplicada, depende do engenho e a sabedoria que em cada momento, do lado da Câmara, tenhamos para o efeito, porque o Município gasta muito mais dinheiro todos os anos do que aquilo que vai receber, pelo menos daquilo que está previsto, mas existe também um plano de gestão e de intervenção que tem previsto um conjunto de investimentos. Neste momento o município está a trabalhar num projeto de intervenção no talude, por baixo do restaurante, na zona do caminho para a praia, que foi intervencionado e que é preciso proteger. Está prevista também uma candidatura de cerca de 150.000 euros, ou pelo menos estava prevista, e é nesse sentido que estamos a desenvolver o projeto de execução. Eu vi a notícia, ela está um bocadinho confusa, porque mistura aquilo que é a Cogestão e as intervenções do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, inclusive, toma como suas algumas intervenções que eu tenho referido que têm de ser feitas pela Câmara, de qualquer modo, esse não é o problema, o problema é fazerem-nos chegar o dinheiro para gastar, são verbas que serão, obviamente, sempre gastas ali. Neste momento as nossas equipas estão a acabar uma intervenção numa casa de banho que é só para pescadores e está também a ser feita uma intervenção no equipamento que está junto ao caminho para o Farol, nas traseiras do restaurante, que recolhe os lixos, seleciona, tritura para depois encaminhar, que estava com péssimo aspeto, há algum tempo, ou seja, têm estado a ser feitas intervenções, mas penso que durante a semana que vem não haverá grandes condições para a equipa ir à ilha, por causa do estado do mar, pelo que a equipa irá permanecer lá por mais uma semana para acabar estas intervenções, de resto, há montes de intervenções a fazer, desde logo, aquilo que nós apontámos para esse problema de intervenção que é o alargamento e reabilitação do cais do Carreiro do Mosteiro, a intervenção no cais e o alargamento, é a nossa proposta, no Forte de São João Batista, a remodelação da rede de água, se bem que algumas pessoa defendem que não será necessário, mas eu acho que seria seguro fazê-lo, alterar o sistema de saneamento com algumas intervenções mais profundas e há uma obra que é de uma dimensão muito considerável que é a intervenção nas falésias na envolvente da praia que se não for feita entretanto poderemos ser confrontados, daqui a algum tempo, daqui a alguns anos, mais ou menos, depende das circunstâncias, se existem ou não acidentes na ilha, mas se houver algum acidente, admito que algumas entidades possam vir a defender a interdição da praia, portanto, há um conjunto muito exigente de intervenções, em termos de investimento, que o dinheiro que virá nos próximos anos não será suficiente. O plano para os quatro é estarmos preparados para ir fazendo os projetos de execução em função das oportunidades de candidatura, por isso é que estamos já a desenvolver, há algum tempo, esse projeto de execução para o talude por baixo do restaurante.

Em relação à Carta Municipal Desportiva, há algum tempo que essa questão é abordada, já houve uma proposta, no início deste mandato ou no mandato anterior, neste momento há uma proposta renovada, que ainda não li, que foi revista e trabalhada pelos nossos técnicos da Área do Desporto, vamos discutir internamente, e em função do que for a nossa avaliação será um caminho, aliás, como todas as áreas da gestão municipal, desta e das outras Câmaras, o propósito é ter documentos estruturados para aquilo que são as intervenções, anteriormente era muito na Área Social e as outras áreas não o faziam, mas tão importante como os documentos é a ação e a

intervenção, e eu entendo que a educação é o fator determinante e deve ser prioritário, em termos da gestão de qualquer concelho, e educação sem desporto não tem, com certeza, condições para desenvolver as nossas crianças e os nossos jovens da forma como hoje a sociedade, praticamente de uma forma transversal, o defende e o considera. Bemvindo, penso que isso é uma opinião que também é transversal a todos os autarcas e a todos os grupos políticos e dou os parabéns por essa iniciativa e agradeço.»

Mariana Rocha (CDU):

Disse o seguinte:

«Gostaria de saber em que situação se encontra o PDM, se nós, como todos os munícipes do concelho, podemos estar descansados quanto à calendarização, se cumpre todos os prazos.

Relativamente ao parque de campismo, com o aproximar de mais um período de verão, este tema volta a estar na ordem do dia. Afirmou-se que o concessionário quer dar continuidade ao projeto, no entanto, ainda não se verifica qualquer movimento de obra, o que tema dizer sobre isto senhor Presidente.

A outra questão que deixo para fim, não é que não tenha importância, pelo contrário, deixei para o fim, porque eu, no mandato anterior, já levantei esta questão que tem que ver com a empresa South Atlantic. Uma empresa que foi requalificada com fundos comunitários, dinheiros públicos, com um projeto para a colocação de cento e vinte trabalhadores, atualmente a informação que tenho é que as coisas estão de mal a pior. A minha pergunta é se a Câmara tem conhecimento, se fez alguma diligência junto da empresa para saber, no concreto, o que se está a passar, eu alertei que este grupo económico já tem histórico nestas situações e parece que finalmente se irá confirmar.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«PDM, está a ser terminado o relatório ambiental, depois das conclusões e dos pareceres da CCDR e estamos a aguardar para reunirmos. Entendemos que estamos dentro dos prazos, mas os prazos estão dependentes do que ocorrer em todos os passos do desenvolvimento do processo.

Parque de campismo, ontem, estivemos reunidos com o grupo por videoconferência, com técnicos municipais, abordámos um conjunto de situações, estão a preparar a primeira grande intervenção no terreno, logicamente que tem de cumprir como todos os empreendedores, com um conjunto de regras que estão estabelecidas e é esse passo que tem sido dado. Em termos de processo complementaram, esta semana, algumas peças que estavam em falta, a ideia, não na reunião de ontem, mas em outra reunião, que ficou prevista é que estavam a pensar, e que também estavam dependentes da Câmara, intervir durante o mês de junho, mas depende de um conjunto de fatores, nomeadamente internos que estão a apreciar as novas peças de projeto que lhes pedimos e esperamos que sejam rápidos para ver se é iniciado aquele processo.

Em relação à empresa de produção de sardinhas que está na Marginal Norte, eu não vou fazer muitos comentários sobre a candidatura e sobre os cento e vinte trabalhadores. Eu acompanhei de algum modo, ainda no mandato passado, algumas fases da empresa, nunca me pareceu que tivessem tido mais de trinta trabalhadores na empresa, já fomos alertados, mas não contactámos, mas, como também é meu hábito, em relação às empresas não gosto de me alargar mais, vamos procurar saber o que é que se passa e se podemos fazer alguma coisa em relação a isso.»

Mariana Rocha (CDU):

Disse o seguinte:

«Senhor Presidente é só para lhe dizer que eu, certamente como os trabalhadores do concelho, irão ficar desiludidos com as suas palavras, não tem intervenção junto das empresas, porque estamos a falar de postos de trabalho, é só isso, acho que a Câmara tem e deve ter um papel interventivo junto das empresas.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«A senhora Deputada Mariana Rocha não interpretou bem as minhas palavras, eu disse que ainda não fiz o contacto e que vou fazê-lo, no mandato anterior fizemos os contactos que tivemos, se a senhora não se reconhece naquilo que são as minhas palavras, eu também, às vezes, não me reconheço nas palavras que sei que a senhora Deputada transmite publicamente e que eu acho que põe em causa, nomeadamente a maior empresa que o concelho tem, mas isso é a minha opinião, eu tenho liberdade para isso, como a senhora tem liberdade para avaliar as minhas palavras. Ainda há pouco tempo estive na empresa que a senhora trabalha e tivemos reunidos, depois disso, com quem devemos reunir, agora não andamos a falar disso na comunicação social. Eu tenho muitas reservas, e sempre disse isto, em pronunciar-me sobre empresas, em concreto, e sobre os seus problemas e tenho sempre receio que às vezes possamos contribuir de forma negativa em relação às empresas.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Primeiro, sobre a discussão a propósito da zona industrial do Vale do Grou, eu acho que a reunião da Assembleia valeu pela realização, pela clarificação das posições de cada um de nós, mas fiquei com a ideia que as pessoas que participaram estavam à espera que a Assembleia decidisse algo que certamente não era para aquela reunião. Nós não podemos decidir nada sem haver primeiro uma decisão da Câmara Municipal e é preciso que isto fique claro, não é pela Assembleia Municipal que esta questão da zona industrial não avança e eu espero que depois da reunião pública do ano passado, em setembro, depois desta Assembleia Municipal que realizámos nos últimos dias, no mês de maio, nos próximos meses seja possível a presidência da Câmara Municipal possa apresentar uma proposta concreta que seja discutida e apreciada em reunião de Câmara e finalmente venha para a Assembleia decidir sobre ela, porque a expectativa que eu encarei naquela reunião depois de ouvir as pessoas que falaram do público, certamente empresários, potenciais donos de terrenos, é que nós íamos decidir alguma coisa e não íamos e, portanto, é bom que isto fique claro, nós só vamos decidir na Assembleia quando a Câmara aprovar uma proposta e seja remetida para a Assembleia Municipal.

Segunda questão, senhor Presidente não acho grande piada a isto, eu já coloquei sete vezes um pedido de informação sobre o investimento, para não lhe chamar desinvestimento, da EDP no concelho de Peniche e estou a pedir pela oitava vez que nos façam chegar os números, porque, por exemplo, nós hoje estamos com chuva intensa, desde o fim da tarde, com trovoada, e cada vez que isto acontece normalmente a luz desaparece cada vez que chove mais um bocadinho, um Presidente de Junta de Freguesia fica preocupado e não é por ele, é pelas pessoas que vivem do seu trabalho e que a energia é fundamental, portanto, é preciso que estes dados da EDP sejam disponibilizados para nós fazermos uma avaliação e dizer à EDP que isto não pode continuar como está.

Nós estamos num período de verão, obviamente que na zona balnear, nas praias, a limpeza das praias, as questões da segurança são fundamentais, mas para quem vive na zona rural a limpeza das bermas e das valetas das Estradas Nacionais e do próprio Itinerário Principal (IP) são estruturantes, por isso queria chamar à tenção da Câmara para interceder junto do Instituto de Estrada de Portugal, no sentido de este ano ser feita essa limpeza que num ano como este de

acentuada humidade e humidade constante aquilo que verificamos é que as estradas nacionais não têm a limpeza que deveriam ter e como tal este é um serviço que é assegurado pelo Instituto de Estrada de Portugal e que deve executar com a máxima rapidez, até porque já estamos a poucos dias do início da época alta e vamos ter muita gente, felizmente, no nosso concelho dentro de treze, catorze dias.»

Célia Martins, Vogal da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia (PSD):

Disse o seguinte:

«Só tenho uma questão, apresentar um assunto, que não é por acaso que o trago no atual ponto da ordem de trabalhos e não da freguesia, e vem na falta de resposta do senhor Presidente da Câmara aos nossos ofícios, da Junta de Freguesia, a solicita informação sobre o projeto da central fotovoltaica, gostaria de reforçar os argumentos para fazermos este pedido, não obstante, obviamente, a competência que é da Câmara Municipal, aprovar ou não este projeto, mas a Junta de Freguesia gostaria de analisar este projeto a partir de uma base fidedigna e com o que se leu na comunicação social, aliás, soubemos desta pretensão e deste investimento no dia de uma Assembleia de Freguesia, questionaram-nos e não tínhamos resposta, mas estava na internet e, sobretudo, analisar o processo e eventualmente promover uma discussão construtiva, porque achamos que é um tema de maior importância para o concelho, e caso se justifique tomarmos uma posição. Deixar claro que a Junta de Freguesia defende a instalação de projetos desta natureza, é a favor da transição energética e a redução, obviamente, da dependência de combustíveis fósseis, todavia, neste caso particular preocupa-nos a localização deste projeto que ocupa, pelos vistos, cerca de 16 hectares numa área de espaços naturais, com uma importância ecológica que é vinculada em instrumentos de gestão territorial, o PDM, o Plano Regional de Ordenamento do Território e tem de facto uma ocupação inegável, com uma afetação grande do ponto de vista paisagístico e que convém aferir com muita calma.»

João Oliveira (Chega):

Disse o seguinte:

«Em primeiro lugar, tendo em conta a nossa última Assembleia, que eu considero sinceramente que foi profícua, nós tivemos a presença do público connosco, com pessoas que tinham em mãos aspirações e vontades muito concretas ligadas ao projeto da criação da zona industrial de Vale do Grou e tendo em conta isto, a forma como foram colocados os temas e foi muito útil a forma de informações, o contraditório que tivemos da parte do público, trouxe-nos alguma luz, foi muito importante também a presença da associação que esteve aqui connosco e eu vinha colocar à consideração do executivo camarário a criação, de imediato, de uma comissão instaladora. Tanto quanto me pareceu, nós discutimos realmente muita coisa e avançamos em algumas ideias e foi importante, mas na realidade depois também não concretizámos e nós temos de ter a noção de que realmente para podermos dar esta zona industrial a Peniche e, de uma vez por todas, começarmos a dar passos seguros em direção ao desenvolvimento tecnológico e não só, humano também, do nosso Município, precisamos desesperadamente de dar bom fim a isto, então, seria o caso de criar-se uma comissão instaladora, possivelmente composta por representantes do executivo camarário, de forma que tivéssemos uma noção daquilo que vai pela cabeça das pessoas que são do executivo, representantes de diferentes bancadas, de maneira a termos aqui um ambiente de total transparência e eficácia e até para recolhermos sempre o saber que todos nós temos, porque aqui ninguém é dono da verdade, na minha opinião, uma equipa técnica camarária, que não significa o executivo, significa de facto uma equipa técnica e, mais importante ainda, penso eu, porque é a eles que se destina, as empresas e entidades privadas locais, nacionais e algumas estrangeiras, de maneira que nesta comissão nós conseguíssemos realmente fazer convergir, não só as aspirações,

como as necessidades, mas sobretudo as soluções possíveis e tangíveis, no tempo e nos calendários que podemos estabelecer.

Segundo ponto, o tema da Saúde. Sucede que, por vezes, as coisas atropelam-se um pouco, os tempos não são os que nós desejamos, mas foi apresentado à Câmara um plano que previa tentativa de se fazer a criação de um Plano de Saúde Municipal. Será que teríamos a esperança de conseguir ter uma discussão sobre este plano, ainda antes da realização da Assembleia que foi proposta hoje mesmo, de forma a conseguirmos ter, paralelamente e em simultâneo, algumas visões e perspetivas de solução para a Saúde do Município sem ser apenas a dependência total do Sistema Nacional de Saúde, criando uma rede em sinergia, fazendo valorizar, inclusivamente, aquilo que são as mais valias das estruturas privadas que já existem no nosso concelho, envolvendo a Câmara Municipal numa solução, tornando parte da solução a própria Câmara Municipal.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação àquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei referiu e para lembrar, primeiro, que durante o ano de 2023 houve várias manifestações de não aceitação da proposta que fizemos, particularmente no que se refere à possibilidade de recorrer a um financiamento e que foram feitas, na altura, algumas reuniões com a minha equipa, os partidos enviaram quem entenderam, e as manifestações de não aprovação também foram reafirmadas, foram todos os partidos, talvez o Chega não, mas o Partido Socialista esteve, o Partido Social Democrata esteve, a Coligação Democrata Unitária também esteve, de forma isolada, enviaram quem os senhores entenderam, entretanto, porque eu entendi que havia insuficiência de informação, em relação a todo este processo, nomeadamente no contexto daquilo que nós avançamos para procurar saber qual era a reação das entidades bancárias em relação ao exercício de poderem financiar dois empréstimos, um primeiro para a aquisição dos terrenos e o outro para a construção das infraestruturas e depois disso, só para situar, o que eu entendi fazer e que participei aos executivo municipal como sedo uma iniciativa minha, foi a sessão de setembro para quem quis participar, mas particularmente virada para empresários. Depois foi-me transmitido que estavam a prever fazer uma Assembleia, que isto merecia outro tratamento, uma Assembleia Temática, que acabou por ser marcada para março e não foi realizada e nós temos estado a aguardar esta Assembleia. Entretanto, já houve algumas manifestações de intervenção, o Partido Socialista já falou connosco sobre uma proposta de esclarecimentos e nós estamos disponíveis, como sempre estivemos, o Partido Social Democrata também, hoje, manifestou-se no sentido de ter constituído uma comissão e vamos aguardar, eu acho que vamos ter de ir desenvolvendo e esclarecer um conjunto de questões que precisam ser esclarecidas.

Aproveito para responder ao senhor Deputado João Oliveira que, na minha opinião, neste momento, para já não há condições pelo tempo em que estamos, em termos políticos somos dois e não podemos agarrar em todos os processos e isso também é notório, acho que deveríamos partir para o esclarecimento, cada uma das forças políticas deve procurar o máximo de informação para quando houver condições da minha parte, apresentar uma proposta e, depois, se for aprovada em Câmara, como o senhor Presidente da Junta de freguesia da Serra d'El-Rei referiu, eu já disse isso várias vezes, vamos apresentar, mas se há esta manifestação de interesse em esclarecer melhor todo o processo, eu acho que é interessante para saber se há viabilidade ou não. Mesmo que não considere que não é viável, eu vou apresentar a proposta à mesma, mesmo que seja para chumbar, é uma questão que eu sempre disse que ia fazer, já o devia ter feito à algum tempo, mas admito que os acontecimentos aconselhavam a que pudéssemos ir arrastando, se bem que temos estado a perder tempo e oportunidades, mas isso é uma visão minha.

Em relação à questão que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei falou, relativamente aos investimentos, duas questões, primeira, nós temos a informação que vamos partilhar, pensava que já tínhamos partilhado, peço desculpa, daquilo que foram os investimentos falta só uma parte de 2023, a outra questão, não sei precisar neste momento, mas também tem sido hábito, normalmente no final do ano, oficial-mos as Juntas de Freguesia para ver se têm propostas de financiamento na área da energia, da rede pública, já chamei isso à atenção várias vezes, normalmente não há participações nesse sentido, não há contributos, mas pelo menos aqueles que conhecem melhor estas situações seria bom que quando acontece o fizesse.

Em relação às Estradas de Portugal, nomeadamente as Estradas Nacionais, mas também o IP6, já o alertámos, inclusive, tenho uma proposta de comunicação, porque quando sai do IP6, seja para norte ou para sul, na A8, aquilo não está em boas condições, portanto, vamos oficial. Já transmiti verbalmente, mas acho que precisa de uma intervenção como fizeram o ano passado na entrada norte da A8 para o IP6.

Relativamente à Senhora Célia Martins, referir que foram feitos os pedidos, o assunto teve uma atenção muito especial em reunião de Câmara, eu coloquei as questões tecnicamente, em relação às perguntas que a Junta de Freguesia colocou e está a ser preparada uma informação para a Junta de Freguesia na componente técnica, uma coisa é a componente política e as responsabilidades que a Câmara já assumiu, de certo modo, outra questão vai ser a componente técnica que, logicamente, não arrisco, até porque as situações cada vez são de maior responsabilidade quando nós assumimos certas posições e, assim que a tivermos pronta essa informação, informaremos.

Sobre a comissão instaladora, sinceramente, se Assembleia Municipal entender que deve constituir uma comissão o deve fazer, mas não é uma comissão instaladora. A zona industrial do Vale do Grou é um instrumento que tem um regulamento que está aprovado, desde 2016 ou 2017, e prevê que a zona industrial seja dividida em cinco unidades operativas, que podem ser desenvolvidas de forma segmentada e foi essa a nossa proposta, procuramos primeiro ver se havia acordo ou possibilidades na unidade operativa n.º 1, talvez juntando a n.º 2, não foi possível, depois, passado algum tempo, parti para esta solução, pensava que ia ser aceite por todos, se calhar, de uma forma mais participada, mais discutida, mas a forma como rececionei as vontades de certo modo, não vou esconder, desiludiu-me de várias ordens pelas considerações que fizeram e ficamos por aqui. Penso que retomámos a discussão e penso que deveríamos aguardar para ver, este mês de junho e, provavelmente, os primeiros 15 dias de julho, o que vai acontecer e, entretanto, apresentar a proposta ou temos de, em sede de Câmara, aprofundar, logicamente que isso vai acontecer, em sede de Assembleia Municipal, esta, o decidirá. Eu não sei se o nome apropriado será comissão instaladora, mas admitido como positivo, porque eu considero que a primeira fase o que há a definir é se a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aceitam que eu compreende e o que está em jogo, se consideram que os empresários que se manifestaram interessados são mais do que suficientes para avançar com a unidade operativa n.º 5 e que avançássemos e que, em função disso, pudesse ser constituída uma comissão, que pode não ser instaladora, para aprofundar, provavelmente, o desenvolvimento das fases seguintes e a proposta como fez de constituição de comissão acho que é interessante, mas se se consegue constituir ou não, mas acho interessante o envolvimento do máximo de pessoas, depois podemos aprofundar a questão das equipas técnicas e outros aspetos para percebermos o que estará em jogo, eu acho que temos de encontrar o momento oportuno.

Em relação à Saúde, o Conselho Municipal da Saúde vai tomar posse na próxima semana, logicamente que é um órgão que tem um conjunto de entidades que está regulamentado por lei, vamos tomar e eu também vou tomar o pulso para ver as sensibilidades, agora, eu estou de acordo com a manifestação que foi feita pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei,

em relação à necessidade de aprofundar o que fazer e as dificuldades que temos na Área da Saúde do concelho, a questão da opção da Assembleia Municipal é vossa não é minha, eu acho que poderia ser feito de outra forma, mas compreendo o contexto e também já o temos feito em reuniões de Câmara, as preocupações existem, nomeadamente, o Serviço de Urgência Básica, nomeadamente a falta de recursos médicos e não médicos, isso existe, o problema é, na minha opinião, que estamos perante duas circunstâncias, é se politizamos partidariamente o processo ou fazemo-lo como se fez no passado e há uma unidade de vontades que está acima do sistema partidário e que funcionou bem há uns anos atrás e eu acho é que deveremos, como está perspetivado, conseguir elaborar um bom documento que fosse o retrato daquilo que é essencial para o conselho e que fosse subscrito pelos autarcas do concelho e que pressionássemos o Governo nesse sentido, portanto, é a minha perspetiva.

Em relação à proposta apresentada pelo senhor Deputado João Oliveira, é sempre uma proposta complementar, em termos de Saúde, outros concelhos estão a fazer, no nosso caso, admito como uma boa solução para as insuficiências que existem, o problema é financeiro, em termos do Município, porque há outros Municípios que têm condições, ainda à pouco estive a avaliar uma situação semelhante de outro concelho, outros concelhos ou são concelhos com muitas receitas, que há casos, e há concelhos que têm situações financeiras mais favoráveis, porque não têm a necessidade de investimento da gestão como nós temos, porque é um concelho com um conjunto de particularidades, agora, na minha opinião, é sempre uma oportunidade poder aprofundar, mais que não seja, para reforçar o conhecimento de cada um de nós e depois, podemos não estar em condições neste momento para avançar com determinado objetivo, mas daqui a algum tempo o concelho poderá estar ou pode inclusive procurar outras fontes de receita para fazer face a este tipo de despesas.»

Célia Martins, Vogal da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia (PSD):

Disse o seguinte:

«Obrigada pelo esclarecimento, mas queria aqui focar esta questão, esclarecer aqui a nossa posição para não haver mal entendidos que é, quando a Junta de Freguesia solicita informação sobre o projeto, não é para procurar falhas ou lacunas dos serviços ou até a posição da Câmara Municipal ou do senhor Presidente, não é nada do género, aliás, não é nossa competência avaliar a componente técnica e, além disso, temos conhecimento que há um parecer favorável da CCDR que se pronunciou no âmbito das condicionantes, porque estamos a falar de uma área que é Reserva Ecológica Nacional (REN) e também das considerações que são feitas ao nível de eventuais obras de urbanização que são também condicionadas nestes espaços, e também sabemos da questão do ordenamento que, aí sim, é competência dos serviços fazerem a sua abordagem técnica e a sua análise, mas a questão, estamos a trabalhar numa base de um PDM que foi feita nos anos noventa, uma estratégia e com um modelo de ocupação territorial que não tem normas aplicáveis para projetos de centrais fotovoltaicas, não é, estamos a falar de uma realidade de hoje que não existia na época e não é uma situação inovadora, há muitos outros concelhos na mesma situação que a de Peniche, com um PDM de 1.ª geração, em que entram investidores num processo para centrais fotovoltaicas e depois há aqui um limbo, quando não existem estas normas, no entanto, também é sabido, para quem trabalha nestas matérias, que há realmente espaço para que se possam instalar este tipo de infraestruturas no território, existem muitos pareceres jurídicos de pessoas com reconhecido trabalho nesta área, mas a comparação muitas vezes é feita em solos qualificados como espaços agrícolas e florestais, nós estamos aqui a falar de espaços naturais. Juridicamente há de facto uma abertura para que, até do ponto de vista do nosso instrumento de gestão territorial, do nosso PDM, que haja essa possibilidade de se instalar um projeto, mas em espaço natural, ninguém diz o contrário, há essa possibilidade do ponto de vista jurídico, a questão é, será que nós

politicamente queremos um central naquele local específico e aí sim abrir esta discussão, não só do ponto de vista técnico, mas também político, envolvendo também a Assembleia de Freguesia, os membros da Assembleia Municipal se assim o entenderem em complemento com os membros da Câmara Municipal e pensarmos nisso, porque a partir do momento que for licenciado, hoje é na freguesia de Atouguia da Baleia, mas pode entrar outro projeto em Ferrel, na Serra d'El-Rei ou em Peniche, estamos a abrir um precedente e temos de ter aqui um caráter crítico e construtivo, acima de tudo.

Dizer também que, pelas características do projeto e não havendo um estudo de impacto ambiental, pode haver, e isso convém aferir, possibilidade, se for o entendimento da Câmara Municipal, de não aprovar este projeto exatamente pelo impacto paisagístico, pode haver e é preciso aferir isso senhor Presidente. Isto com o Simplex Urbanístico, com toda esta legislação para haver uma via verde para estes investimentos que são, de facto, importantes para o território, até a nível nacional, do ponto de vista energético, tudo isso não está posto em causa, mas também sabemos que é uma novidade para os serviços, para a componente técnica, e temos de ter aqui alguma atenção e não tomar decisões de forma rápida, sem excluirmos todas as questões e se no final de tudo, admitindo que vamos ter ali aquela central, que isto ao menos seja uma oportunidade para a Câmara Municipal e para todos os membros aqui presentes para que seja uma discussão e, a partir deste caso específico, ver quais são as condições ou os critérios para que esteja na proposta de revisão do PDM, e estamos numa fase em que podemos ainda melhorar a proposta, incluir normas para este tipo de investimento, eventualmente localizações específicas, localizações que não tenham este impacto, é esta a mensagem que a Freguesia de Atouguia da Baleia quer reforçar, isto não é um problema de Atouguia da Baleia, é um problema de todos, porque se aquela central se instalar naquele local, qualquer pessoa que saia de Peniche vai ver ali uma mancha enorme, no local perto do ISTMO, que do ponto de vista ecológico, só pelo facto de estar classificado como espaço natural é uma condição de salvaguardar estes espaços e seja de sair pelo lado de Ferrel em direção ao Baleal ou pela via do IP6, vamos olhar para aquilo, já temos o Baleal Sol Village naquele espaço, parece que temos ali um mamarracho no meio do nada e agora uma central, é só termos isso aqui em consideração, não tomar decisões apressadas e incentivar uma avaliação deste projeto de forma construtiva.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Primeiro aconselhava a ir ver os ofícios da Junta de Freguesia, principalmente o primeiro. Depois de ouvir o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia aqui, está gravado, em determinado. Eu admito tudo e até sou sensível a todos esses argumentos, não admito uma coisa que é que recorrentemente se ponha em causa a capacidade técnica dos nossos técnicos, parece que os outros é que são todos iluminados. Eu estava a perguntar ao senhor Diretor Municipal, Rui Vargas, se conseguia detetar quando é que entrou o pedido de informação prévia, é que isto não começou agora, depois começa por referir, e já ouvi essa conversa, que não é uma questão técnica, mas vão para os argumentos técnicos do PDM, da classe de solos, vamos fugir às questões técnicas, é uma questão política mesmo como colocou, não vale é a penas estarmos horas a fio a discutir as questões técnicas, porque aí alguns jogam com as palavras e jogam com o seu conhecimento ou não conhecimento, outros não dominam, é exatamente como colocou, é se queremos aquilo ali ou não, não esquecer que estão decisões tomadas que foram tomadas pela Câmara e o que é que isso importa, a Câmara já tomou decisões, logicamente eu também estou à espera de alguns esclarecimentos e vou tomar a minha decisão, eu, riscos para a minha vida não vou tomar porque se alguma votação nossa não foi a aconselhada aos olhos do impacto ambiental e se gostamos mais ou não. Referiu um caso que foi o Sol Village II, mas quantos casos tem no

nosso concelho e nós somos confrontados todos os dias com eles. Aquilo tem de ser votado, o assunto está apresentado, o executivo municipal está sensibilizado, acho que isso está tudo esclarecido, estamos à espera da parte final para ir a reunião de Câmara e para tomarmos decisões.»

João Oliveira (Chega):

Disse o seguinte:

«Eu penso que nesta circunstância, no tema do Vale do Grou, seria o caso de considerarmos o delegar de algumas missões, sobretudo a missão de se fazer este órgão que pouco me importa como o vamos chamar, por uma razão simples, há condições que são condições sine qua non para instalação de algumas tipologias de atividade económica que podem e devem ser, porque são destinadas precisamente a ser instaladas numa zona industrial, que não têm a possibilidade de se deslocar para uma zona industrial se ela não preencher os requisitos para a instalação dessas mesmas atividades. Eu vou dar um exemplo, eu tenho a possibilidade de deslocar para o concelho de Peniche um laboratório de certificação de compatibilidade eletromagnética na área dos dispositivos de eletromedicinais, mas a zona industrial de Peniche tem de ter alguns requisitos para que isso possa suceder, nós não podemos ter num armazém em frente à nossa porta uma serralharia civil, portanto, estas condições dizem respeito àquilo que nós tínhamos falado na última Assembleia no que toca às infraestruturas e por isso mesmo ter falado sobre a criação de um consorcio, estamos a falar de várias nomenclaturas, para designar a mesma coisa, um órgão que possa de alguma maneira colher, saber e ânsia das diferentes empresas e poder, dentro daquilo que já está estabelecido e decidido, porque obviamente seria um retrocesso nós voltarmos ao início e estragar todo o trabalho que já foi feito, mas podermos encaixar, talvez de uma forma atualizada, de uma forma mais compatível com aquilo que é as presentes necessidades das empresas, porque mudaram, portanto, esta discussão do Vale do Grou começou há muitos anos atrás e as empresas evoluíram e mudaram e os requisitos hoje em dia são diferentes, portanto, esta seria uma atividade extremamente interessante para Peniche, porque não existe uma entidade notificada desta natureza em Portugal, a que existia era internacional, é global, a Nemco, afastou-se precisamente porque não havia condições.

No segundo ponto, possivelmente o plano merecia uma leitura mais atenta, porque ele é autossuficiente e prevê um plano de “negócio estratégico” que produz rapidamente lucro para o concelho, é ligeiramente diferente daquilo que possivelmente o senhor Presidente pensou ser quando o viu ou leu.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Relativamente ao PDM, lembrar que na última intervenção que fiz, na Assembleia Municipal extraordinária, coloquei como proposta a criação de uma comissão de acompanhamento, não pode ser outra coisa, a Assembleia não tem poder para criar outro tipo de comissão, vejam a lei e o regimento, nós podemos acompanhar, porque este é um ato de gestão da Câmara, não é um ato de gestão da Assembleia Municipal. Nós temos de ser muito sérios e objetivos nesta discussão, a Câmara tem de comprar terrenos ou negociar terrenos, sejam comprados ou de outra forma, tem de fazer as infraestruturas e tem, se precisar de empréstimo, de colocar os empréstimos no Tribunal de Contas, nós estamos a falar de muito tempo, nós não estamos a falar de uma coisa para ficar pronta no ano que vem, portanto, é preciso falar assim desta forma, porque, em termos de timing, entre uma proposta concreta e o desenvolvimento dessa proposta é preciso fazer uma calendarização e neste momento nenhum de nós consegue objetivamente dizer qual é o calendário até termos esta zona industrial, julgo que é uma questão pertinente que vos deixo.

Sobre a EDP, os últimos dois anos, como disse, esta é a oitava vez que falo nesta ano, e chamei à atenção para problemas concretos e tive aqui a oportunidade de ver o histórico, chamei à atenção para os PT's fora de prazo que não são objeto de intervenções regulares com deviam ser, daí quando vêm as primeiras chuvas eles acabam por rebentar e as pessoas ficam sem iluminação, portanto, o problema dos PT's, o problema da média e da alta tensão, daí eu ter pedido, quais eram os investimentos, porque muitos dos problemas surgem entre a linha da média/alta que vem da Amoreira, passa pelo Olho Marinho e vai até Atouguia da Baleia, é uma matéria que sei, porque tive o Pelouro da Eletricidade e, sem dúvida nenhuma, estes são os busílis, agora, se me disser assim, quero que a Junta de Freguesia escreva no papel isto, eu não escrevo, desde logo porque não é nossa competência e todos sabem que não é nossa competência e não é competência de nenhuma Junta de Freguesia, e para isto há duas entidades que têm de se entender, a EDP que é uma empresa que tem as responsabilidades que todos sabemos e a Câmara Municipal que tem esta responsabilidade na área da eletricidade.

Sobre a questão da Saúde, agradeço ao senhor Presidente da Assembleia a informação que me deu da reunião dos líderes e que o assunto fica, dizer que eu não fiz questão de forçar nenhuma votação nem da aceitação da minha proposta, mas que fique no ar isto, é que o senhor Presidente da Câmara dizia há pouco da última vez conseguimos um amplo consenso e foi uma forma correta, que se mantenha o consenso, mas se não for por consenso ele tem de ser ou por minoria ou por maioria, porque há espaço, há lugar, há criação de um largo movimento para se resolver estes problemas e eu gostava que este movimento fosse um movimento municipal com Câmara Municipal, Assembleia Municipal e todas as forças políticas, se possível, se não for possível temos de ir por outro lado, agora, o que não podemos estar é a permitir que Governos sucessivos façam a cama ao hospital de Peniche. Peniche tem um Serviço de Urgência Básica não é o mesmo concelho, não é um concelho virado para o turismo, é um concelho criado para outra coisa qualquer, porque os turistas estão cá e nós não podemos permitir e nunca se esqueçam, primeira levava um, depois levam os outros e depois de levar o hospital vão levar tudo aquilo que querem por arrastamento e então onde é que nós vamos ter o hospital, obviamente na zona do Bombarral onde alguns escolheram, não foi o meu caso e até esse hospital estar pronto, entre sete a dez anos, ninguém nos tira, portanto, há aqui coisas que é preciso colocar os pontos nos "is", nós precisamos resolver os problemas graves que temos de saúde no concelho de Peniche, que não são de responsabilidade municipal, é verdade que não são de responsabilidade municipal, mas também não é menos verdade que nos compete a nós, membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal lutar para que eles sejam resolvidos e só há uma hipótese é de nos juntarmos todos, eu faço parte daqueles que acham que o barco deve levar a companhia toda e não deve deixar ninguém na Chata, permitam um termos de muitos dos nosso pescadores, mas se for preciso deixar alguém na chata, que fique na chata e que fique com a chatice, nós é que não podemos ficar com a chatice na chata, permitam-me a redundância e o uso das palavras.»

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos foram solicitados e as respostas dadas:

PAULO DUARTE:

Disse o seguinte:

«Eu estive presente na última sessão da Assembleia, mas desde então, as questões que pus estão praticamente na mesma, o lixo está um bocadinho melhor, mas o transporte ao sábado e ao domingo continua por resolver.

Senhor Presidente, Ferrel e Balela precisam de transportes ao fim de semana, nós precisamos de transportes ao fim de semana e se a Câmara não conseguir providenciar isso, não consigo perceber, precisamos mesmo, principalmente de maio a outubro, precisamos de transportes públicos ao sábado e ao domingo que façam de Ferrel para o Baleal e do Baleal para o terminal, se isto não acontecer existe uma concorrência desleal dos estabelecimentos do lado de Peniche com os estabelecimentos do lado do Baleal e de Ferrel, porque os alojamentos locais ao fim de semana não têm ninguém, porque toda a gente fica aqui e não quer pagar 10 ou 15 euros por um Táxi ou por um Uber e os Uber's nem sempre estão disponíveis, portanto, eu solicitava mais uma vez, está a fazer dois meses que eu coloquei esta questão e continua por resolver.

O lixo, trocaram o caixote do lixo que estava na nossa rua por um melhor, mas continua a ser só um. Trocaram, foi lá o técnico, avaliou a situação, mas o caixote do lixo continua a ser só um e há cada vez mais moradores ali. Agradecia que tomassem atenção a isso para colocarem um segundo caixote, se fosse possível.

Depois, é a situação da rua, do abaixo-assinado. Senhor Presidente os carros ali, quando se cruzam, é propício a haver conflitos, se aquilo ficasse num só sentido, como 90% da rua pediu. Na última reunião o senhor Presidente disse que ia avaliar isso, não sei se foi avaliado, mas gostava de saber qual é a opinião da Câmara em relação a esse abaixo-assinado. Eu acho que não será muito complicado transformar aquilo num só sentido e ajudaria bastante.

Em relação à Taxa Turística, na altura eu falei nisso, depois tive uma conversa informal com o Presidente da Junta de Freguesia e ele disse-me que a Câmara, na altura, publicamente informou que estava estimado um retorno para a Câmara da Taxa Turística de duzentos mil euros por ano e eu quero dizer que essa informação não é bem assim. Existem cerca de mil alojamentos locais registados, fora os outros dois mil que não estão registados e que a Câmara pouco tem feito para regularizar essa situação e dos mil alojamento registados, se nós fizermos uma média de dez camas em cada alojamento são dez mil dormidas por dia, se contabilizarmos julho, agosto e setembro, só estes três meses, com uma taxa de ocupação de 100%, porque estes três meses normalmente isso acontece, estamos a falar de novecentos mil euros, só dos mil alojamentos, se depois a Câmara conseguir negociar com as plataformas uma cobrança automática e não serem os próprios alojamentos a fazê-lo, estamos a falar de um valor a multiplicar por três, ou seja, isto andarà perto dos três milhões. Eu quero dizer publicamente que isto é uma coisa significativa, cobrarem duzentos mil ou cobrarem um milhão ou cobrarem três milhões e, na altura, sugerimos ao senhor Presidente para tentar negociar com as plataformas para serem as plataformas a fazerem a cobrança, por outro lado, isso também coloca em igualdade os alojamentos que estão registados e os que não estão, porque todos vão pagar a Taxa Turística. Isto pode ser uma importância significativa para o concelho para conseguir fazer melhorias no Baleal, em Ferrel e noutra freguesias que estão carenciadas e que têm as suas necessidades.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação ao lixo, foram tomadas as medidas que se entenderam que poderiam resolver a situação, a capacidade do que existia é muito diferente da capacidade deste, se mesmo com esta maior capacidade não se resolve temos de fazer a avaliação com os nossos serviços e quando recolhem têm de dar uma informação e é em função disso que tomam as medidas, às vezes, nas mudanças, nem nós estamos de acordo e chamamos à atenção dos nosso técnicos, mas há uma gestão e quando não funciona nós procuramos ir alterando.

Em relação aos transportes ao sábado e ao domingo, não há transportes públicos da Câmara, estamos numa fase de transição que é a responsabilidade e nós até conseguimos, normalmente, levar a bom porto aquilo que em termos comerciais tem resultados positivos, as empresas trabalham em função dos resultados positivos e a empresa de transportes também é em função dos resultados positivos, são transportes extraordinários em relação àquilo que são as redes que estão a provadas, de qualquer forma, já colocámos mais que uma vez esta situação, a empresa está em avaliação, contudo, não sei se nos poderia fazer uma proposta com objetividade, porque uma coisa é chegar-mos à Assembleia ou a outro lado qualquer, debitarmos as situações, a nossa opinião é esta ou aquela, há esta insuficiência, mas não são concretizadas, até porque depois podemos utilizar perante os argumentos da empresa algum fundamento para os poder convencer. Não é por nós que não há mais transportes no concelho, logicamente que os argumentos que utilizamos, por vezes, esbarram na experiência deles de que põem autocarros e ninguém os utiliza, por isso é que eu digo, era interessante haver proposta em termos de circuitos e interessante haver propostas em relação aos locais.

Em relação à questão do abaixo-assinado e do sinal, eu acho que há aqui uma dificuldade nossa, porque a divisão que tem a responsabilidade da Comissão de Trânsito, uma pessoa está a fazer o trabalho de três ou quatro e não tem capacidade para dar resposta a tudo que é preciso, de qualquer forma, na terça-feira, eu vou tentar ver como é que está esse processo, porque é uma decisão fácil e se há acordo dos moradores, se há acordo da Junta de Freguesia é uma decisão fácil e se ela é funcional é uma questão dos serviços confirmarem essa funcionalidade que, normalmente, até têm a companhia do Coordenador Municipal da Proteção Civil que fazem a visita técnica, mas vamos ver.»

Em relação às plataformas, nós também queríamos só que não conseguimos convencê-los. Nós compreendemos os argumentos, o argumento deles é que fazem isso em outros concelhos, mas fazem em concelhos de grande dimensão, neste momento a informação que temos é que concelhos da nossa dimensão e até superiores ao nosso, em termos de âmbito, não têm capacidade de resposta. Nós também estamos convencidos que era a melhor solução para vós e para nós e inclusive ajudaria a controlar todos os outros que nós percebemos que não estão regularizados, íamos definindo as situações, mas sinceramente é a resposta que eu lhe estou a dar, contudo, se tem alguma informação de que há alguma forma de nós conseguirmos convencer algumas das plataformas para podermos trabalhar e pagarmos pelos serviços, nós gostaríamos muito, mas ainda não conseguimos e fizemos alguns contactos.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Queria agradecer a presença do senhor Paulo Duarte e a persistência, que é muito útil à freguesia, porque vamos conversando e às vezes é difícil explicar às pessoas que a Junta de Freguesia não consegue fazer milagres e, de facto, o trabalho cívico que o senhor Paulo Duarte tem feito em prol da rua toda, porque é quem se esforça mais para resolver os assuntos, tem mostrado essa insuficiência. Queria só, para efeitos de registo e até de esclarecimento, dizer que, relativamente a este assunto da Rua Padre António Marcelino, nós fizemos um ofício à Câmara Municipal, no dia 14 de abril de 2022, fizemos outro no dia 03 de agosto de 2023, que propunha uma reunião in loco, portanto, uma reunião no local, esta questão que o senhor Presidente coloca é verdade, tem de ir à Comissão de Trânsito, mas haver alguém que fosse reunir com a Junta de Freguesia e os moradores para resolver o assunto, uma vez que já foi a 03 de agosto de 2023, já podia ter feito muito facilmente, depois, voltámos a enviar os mesmos que tínhamos enviado, a 25 de março de 2024, para tentar resolver o assunto a tempo do verão, neste colocávamos também, como é comum, a nossa disponibilidade para resolver o assunto, para ajudar com a mão de obra da

Junta de Freguesia. Como eu dizia, falei com o senhor Paulo Duarte no último sábado e logo na segunda-feira fiz um ofício para a Câmara Municipal e depois lembrei-me que o senhor Presidente, na última Assembleia, tinha dito que os ofícios nem sempre passavam por ele, que ia para correspondência, então mandei o ofício por email. Eu descrevi aqui um conjunto de ofícios e a única coisa que é igual em todos é que nunca teve resposta. Ainda relativo ao trânsito e ao perigo que é aquela rua, porque é de facto difícil o trânsito de peões, há sempre a questão de as zonas urbanas mais antigas terem casas coladas à faixa de rodagem, uma criança sair e como tem carros de um lado e de outro não se vê, eventualmente, como é uma rua com alojamentos locais também envolve mais pessoas e há esse perigo no trânsito de veículos.

Em relação à questão do ofício que enviei esta semana tinha que ver com os lixos, porque de facto falhou em muitas ruas, nós mandámos também a Travessa dos Almocreves, a Travessa da Horta, a Rua da Paz, Estrada dos Casais, Praia da Almagreira e também do Baleal, porque temos vindo a registar queixas de que os ecopontos estão frequentemente cheios, não são despejados e há sempre necessidade de acumular lixo à volta dos ecopontos, assim como os caixotes verdes de resíduos sólidos urbanos, tanto na Ilha do Baleal como na entrada da Praia do Baleal.

Registar, ainda, que, sobre esta matéria, no dia 30 de maio de 2022, também já há algum tempo, fizemos uma proposta à Câmara Municipal no sentido de a Câmara Municipal fornecer as madeiras de forma paulatina, conforme fosse a capacidade da Câmara, apenas e só as madeiras, os restantes materiais e a mão de obra poderia ser nossa e nós íamos fazendo as guardas de madeira para pôr à volta dos contentores para embelezar e este, de maio de 2022, está igual aos outros, está na mesma prateleira e tem a mesma resposta que é nenhuma, isto só para demonstrar que nós vamos efetivamente tentando, mas é impossível. Agradeço mais uma vez, porque também nos ajuda anos, o facto de vir aqui, porque se fosse eu a colocar o assunto, provavelmente, ficava como estes ofícios todos.»

ANDRÉ NUNES:

Disse o seguinte:

«Sou concessionário de praia no Baleal e o tema que me traz aqui é a implementação dos quiosques, já implementados no nosso território. Gostaria de pedir ao senhor Presidente da Assembleia que pudesse passar a palavras ao senhor Mark Ministro, gestor da empresa, para poder expor de uma forma cívica o assunto em questão.»

MARK MINISTRO:

Disse o seguinte:

«Estou aqui enquanto funcionário, com funções de gestão na empresa André Nunes, Unipessoal, Lda., concessionário com apoio de praia simples, denominado Tribo da Praia, referenciado com o n.º P23L1 no POC-ACE.

Como o senhor André Nunes já disse, o que nos traz aqui hoje é o projeto Peniche Península Segura e os quiosques de praia a ele associados.

Temos várias questões que podíamos colocar, vamos resumir aqui três grandes temas:

- 1- A legalidade dos próprios quiosques;*
- 2- O licenciamento e a respetiva exploração;*
- 3- O envolvimento e a inclusão de todos os concessionários de praia neste projeto.*

Como nota prévia, dizer que o projeto Peniche Península Segura é um projeto de inegável valor e importância para o concelho de Peniche, conforme tem sido dito, e muito bem, é um grande dispositivo de segurança nas praias balneares e não balneares do concelho durante todo o ano, é

uma iniciativa que valoriza o concelho do ponto de vista da sua notoriedade e contribui categoricamente para o nosso marketing territorial, sendo claramente um fator de diferenciação e atratividade e creio que ninguém no nosso concelho pode negar isto.

A forma como o processo tem sido desenvolvido e sendo uma das competências de a Assembleia acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara, é o que nos traz aqui hoje e começamos então pela legalidade.

O senhor André Nunes esteve presente na reunião de Câmara, de 23 de fevereiro, estivemos os dois na reunião de Câmara, de 08 de março, ambos colocámos várias questões e uma das questões que foi colocada foi precisamente a questão de esta situação não estar prevista nos instrumentos de regulação do POC-ACE, portanto, sendo um equipamento, o equipamento no artigo 22.º, no n.º 5 do Aviso n.º 12492/19, do Regulamento das Praias Marítimas diz que só podem ser colocados equipamento previstos no plano de praia e estes equipamentos não estão. Foi-nos transmitido que legalmente está tudo previsto, a Agência Portuguesa do Ambiente assegurou isso, a verdade é que não se conhecem esses documentos que, no fundo, validam essa legalidade. Dentro também da legalidade, assistimos a quiosques que já estão no território, já estão implantados, não se conhece que a Câmara se tenha pronunciado sobre eles nem sobre a sua localização, temos alguns que estão fora das frentes de praia das respetivas concessões, temos alguns que estão inclusive junto às muralhas, não se conhece se o Património Cultural se pronunciou ou não sobre eles, estas são algumas questões ao nível da legalidade que gostávamos de ver esclarecidas.

Relativamente ao licenciamento e exploração, foi dito que os quiosques serão licenciados à Associação dos Concessionários de Praias de Peniche (ACPP) e quanto a isso estamos plenamente de acordo, não foi esclarecido quem é que os irá explorar e isso fará toda a diferença para nós, relativamente à nossa concordância ou não com o projeto. Se a exploração for para ser feita pela própria associação, estamos plenamente de acordo, achamos que vem, no fundo, garantir aquilo que nós queremos que é um projeto que é uma mais-valia para todo o território, não sendo para ser explorado pela associação, sendo para ser explorado pelos respetivos concessionários de praia, no fundo, o que estamos aqui a proporcionar é uma concorrência desleal entre pares e leva-nos a crer que esse será o processo que está a ser idealizado. Se nós formos analisar as diretivas de gestão de praia das praias marítimas balneares deste ano, 2024, em todas as situações previstas todas as licenças são pessoais e intransmissíveis à exceção das ocupações dominiais do domínio público marítimo das praias balneares do Município de Peniche. Publicamente isto ainda não foi dito, mas, no fundo, todos os indícios levam-nos a crer que será essa a intenção, a que sejam os concessionários a explorar, portanto, não concordamos minimamente com isso, nós somos uma empresa que se preocupa com a legalidade da nossa operação, somos uma empresa certificada pela Biosphere ao nível da Sustentabilidade, gostamos de primar pela transparência, pela defesa dos valores da nossa comunidade e, no fundo, deparamo-nos aqui com várias situações de outros pares que não estão legais perante o POC, nomeadamente o artigo 44.º, não se adaptaram ao POC, têm áreas completamente diferentes das nossas, têm condições de trabalho diferenciadas e ainda lhes vai ser proporcionado um quiosque, criando aqui uma concorrência desleal, para além disso nós, durante quatro anos consecutivos, pedimos um quiosque para ser explorado na frente de praia e mais uma vez, este ano, voltou a ser negado.

Em relação ao envolvimento e inclusão de todos os concessionários, foi manifestado por diversas vezes pelo senhor André Nunes a pretensão de ser parte ativa deste projeto, mesmo não pertencendo à associação, em ambas as reuniões de Câmara onde estivemos presentes o senhor Presidente disse que iria envolver todos neste processo, já se passaram três meses e a verdade é que não fomos envolvidos em absolutamente nada e daí, se calhar, o motivo pelo qual estas dúvidas ainda subsistem. Gostávamos de perceber como é que os concessionários que não são membros da

ACPP vão ser envolvidos, porque foi referenciado na apresentação do projeto de vigilância e assistência nas praias que existe uma taxa ou renda com um rácio de custos inerentes ao projeto assegurando-se o financiamento nos termos da lei, que o projeto está montado para poder funcionar com ou sem a ACPP, não percebemos no que é que isto envolve os demais concessionários, por um lado, por outro lado, tem sido dito e afirmado que sem quiosques não há projeto, mas existe esta tal taxa ou renda que diz que o projeto seja montado para funcionar com ou sem a associação, portanto, acabamos por não perceber nesta dualidade de posições como é que ficamos, funciona com ou sem, ou só funciona com quiosques.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Começo por dizer que se fosse fácil já estava feito lá atrás, nomeadamente no mandato passado.

É um projeto que por si só é muito complicado, é um processo que é um protocolo, um acordo, com uma associação e, logicamente, que se há concessionários de praias que não fazem parte da associação que complica todo o processo, mas o objetivo que foi trazido para financiamento deste projeto que é Praias Seguras todo o ano, o que foi apresentado foi que os quiosques iriam suportar os custos desse propósito e eu também fui sempre dizendo, interessa é começarmos e depois podemos ajustar.

Primeiro, eu gostaria de ver lá todos os concessionários, já percebi há muito tempo que não era possível, longe de mim pensar que o senhor André Nunes ficaria de fora, depois de ter estado envolvido como esteve durante o mandato passado, nós não tivemos nada a ver com isso, não fizemos nada com esse propósito, pessoalmente pensava que poderia ficar sempre um ou dois de fora, mas como enquadrar numa associação que tem um protocolo com a Câmara, que a associação garante o desenvolvimento daquele processo para todo o ano, ou seja, os 12 meses por ano incluindo a época balnear, é um propósito que se pensa iniciar, em termos de protocolo, em 16 de setembro.

Em relação ao licenciamento e à legalidade o senhor Diretor Municipal, Dr. Rui Vargas, falará sobre isso.

Nós vamos continuar a trabalhar nesse sentido, os processos são muitos, a parte essencial está assumida, nomeadamente o acordo previsto com a associação, isso está visto, o processo, em termos de legalidade, foi colocado em devido tempo à entidade que poderia levantar algumas dificuldades e não as levantou.

A questão do licenciamento das praias, como saberão, neste momento é com a Câmara desde que cada uma das concessões cumpram o POC, por isso é que isto não está envolvido com as concessões, a questão dos quiosques, portanto, o licenciamento não é de cada das concessões, aqueles quiosques não são licenciados a cada uma das concessões, são licenciados à associação.»

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«Relativamente a esta questão, apenas esclarecer que são estruturas no âmbito do projeto de assistência e vigilância a banhistas o ano inteiro e nesse âmbito estas estruturas são licenciadas no seu todo e consubstanciam uma ocupação temporária.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«As considerações que eu fiz foi no essencial aquilo que é a base do projeto, do objetivo e como é que ele é financiado, se o enquadramento foi feito na base da associação, como a associação

gere os quiosques, é com a associação não é com a Câmara, naturalmente.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Mais uma vez queria cumprimentar os senhores André Nunes e Mark Ministro, aproveitar para felicitar o Bar da Praia que está prestes a fazer o seu 27.º aniversário e como é uma empresa de referência no concelho de Peniche, não só pelo contributo económico, mas também pelo contributo cívico e social que tem dado ao concelho e, nomeadamente, à freguesia e também o contributo para o desenvolvimento, nomeadamente, em todos os anos e em todas as edições estiveram presentes como apoiantes nas Bolsas de Estudo que são atribuídas aos estudantes para o Ensino Superior na Freguesia de Ferrel e queria felicitar e reiterar esse agradecimento.

Relativamente a esta matéria dos quiosques, já teve aqui uma discussão numa das últimas Assembleias, nomeadamente, pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, porque não tinha sido informada do projeto, o mesmo aconteceu com a Junta de Freguesia de Ferrel, portanto, para manter o padrão não foi informada de nada.

Eu fiquei com uma dúvida que queria colocar ao senhor Presidente de Câmara, portanto, foi colocada a questão pelo senhor Mark Ministro e creio que o senhor Presidente não respondeu, pelo menos com clareza, quem iria explorar, se era a Associação se eram os concessionários, eu não fiquei com essa questão esclarecida, gostaria de pedir ao senhor Presidente que esclarecesse.

Dizer que efetivamente, tanto esta como muitas outras questões, no mandato passado e neste atual mandato, podiam ter sido resolvidas se muita gente pudesse trabalhar, nós sabemos das dificuldades que muita gente passa.

Para já dizer que nós nunca colocámos em causa o mérito do projeto e até felicitámos, naturalmente, segurança nas praias o ano inteiro tem todo o mérito e todo o apoio nesse ponto de vista, mas há uma questão que me ficou da intervenção do senhor Presidente da Câmara, por ser uma coisa que está adstrita à associação dos concessionários, há uma dúvida que eu tenho que, segundo julgo perceber, nós temos conhecimento que existe muitos concessionários, pode haver uma nova associação de concessionários de outros concessionários que não estão nesta, o que é que aconteceria se houvesse outra associação de concessionário, porque ela é fácil de ser criada e se os concessionários que, por um motivo ou outro, não participam nesta, se criarem uma associação de concessionários como é que se vai colocar a questão, uma vez que esta questão está feita, neste caso, para a ACPP.

Eu tive conhecimento de que estariam a iniciar obras para construir o quiosque, neste caso, o quiosque que está à entrada da Ilha do Baleal, está a fazer hoje semanas, porque à sexta-feira de manhã tenho sempre atendimento ao público e estava no atendimento ao público quando me fizeram um conjunto de chamadas, eu tive de parar o atendimento para atender, porque percebi que se estava a passar alguma coisa, porque já me tinham ligado concessionários, empresários, pessoas que ali habitam e passam e, por acaso, atendi da equipa de Fiscalização da Câmara e a equipa de fiscalização tem a hombridade de, quando vai intervir, informar a Junta de Freguesia que o vai fazer, mas às vezes pede informações se nós estamos informados ou não, e a equipa de fiscalização perguntou-me se eu tinha conhecimento, eu não sabia de nada, logicamente, foi aquilo que disse aqui na Assembleia, nem sequer nos enviaram um PDF só para nós termos conhecimento daquilo que estava previsto, e depois a equipa de Fiscalização da Câmara foi fiscalizar uma obra da Câmara, porque quando chegaram lá perceberam que era uma obra da responsabilidade da Câmara. A mesma coisa aconteceu hoje de manhã, tive uma empresa de desportos na área do surf que foi ter comigo, colocar essa questão dos quiosques e também colocar a questão das obras que estão a fazer, e essa acho que a Câmara está a fazer bem, até um pouco tardias, o passadiço de acesso na zona do

Algamar à praia, e está a fazer mais um conjunto de intervenções, mas passou-se a mesma coisa, um dia destes estava a trocar umas informações com a senhora Vice-Presidente, porque tinha de vir falar com ela no âmbito de assuntos da Educação, e ela disse-me que hoje iam iniciar aquelas obras, na altura demonstrei logo o meu desagrado, porque um passadiço ao pé do Algamar, no Baleal, não é construído de uma semana para a outra, não é projetado de uma semana para a outra, nem autorizado, portanto, é uma coisa que já deve ter algum tempo e no dia que começaram a construção é que se dá a informação e depois acabei por ver fisicamente o projeto, sendo que eu acho que era só a hombridade de dizer “vamos intervir, vejam lá se quiserem dão uma opinião”, porque a nossa opinião não é vinculativa, o senhor Presidente ou a Câmara ou os dois têm legitimidade para atuar, mas acontece, é um padrão.

No fundo, pedir estes esclarecimentos que me surgiram e manifestar também o meu agradecimento pela disponibilidade de virem aqui.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Primeiro felicitar e agradecer aos senhores André Nunes e Mark Ministro. Eu tive a oportunidade de, em fevereiro, assistir à participação do senhor André Nunes na reunião pública e de uma forma muito concreta explicou a sua ideia e, acima de tudo, o seu now how nesta matéria e é muito importante todos nós bebermos um pouco desta matéria e percebi, mas eu fiquei com uma dúvida, nós estamos a discutir isto, mas a montante há uma situação que o senhor Mark Ministro referiu que tem que ver com a legislação e nós para olharmos mais para a frente temos de recuar à legislação e eu não percebi essa situação, ou seja, isto é um projeto da segurança nas praias, depois há um protocolo, mas antes disso tudo há uma legislação que rege as ocupações nas praias e, portanto, se nós já estamos numa fase de quiosques, antes disso, a montante disso tudo, deveria haver autorizações, pareceres e a minha pergunta é, isso tudo foi feito, estamos a falar de construções que foram feitas e devidamente autorizadas, devidamente regulamentadas de legislação, porque se nada disto aconteceu eu coloco em causa a legalidade destas situações, portanto, era este esclarecimento que gostava de obter.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quando há pouco de perguntava se o processo, em termos de licenciamento, como é que está licenciado, o processo está licenciado com a associação para uso dos quiosques para financiar o processo, se a associação, por qualquer razão desistisse do processo, a Câmara está preparada para avançar com o processo na mesma, portanto, essa é uma situação que eu queria clarificar.

As instalações, independentemente de estes processos serem muito complicados, é um processo que dura há anos, a discussão dura há anos e não vou contar episódios do mandato passado, mas houve um esforço no princípio do mandato, mais pelo acompanhamento do senhor Vereador Ângelo Marques e do senhor Vereador Humberto Ferreira com a associação, eu fui a uma reunião ou outra, o senhor Dr. Rui Vargas participou em todas ou em quase todas, por causa das questões jurídicas e das questões regulamentares e foi nessa senda, a partir do momento em que as entidades que tinha de dar parecer deram o parecer favorável, nós pudemos avançar e o licenciamento é da parte da Câmara e foi isso que foi feito.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Eu peço desculpa, mas voltou a não ficar claro, eu fiz uma pergunta específica e eu acho que as pessoas que vieram aqui também ficaram na dúvida e toda a gente. Quem é que explora, é a

associação ou são os concessionários?»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«O protocolo subentende que quem explora os quiosques é a associação. O princípio que nós acordámos com a associação e, depois do senhor André Nunes ter ido a reunião de Câmara, a associação comunicou-nos que queria estar numa reunião de Câmara e vieram a uma reunião de Câmara também, portanto, se a Assembleia Municipal entender que a associação deve ser convidada para vir a uma Assembleia estão no vosso direito. Isto é muito claro, o objetivo acho que todos entenderam, é a seguranças das praias durante os doze meses do ano, para o financiar, pelo menos na fase inicial, entenderam que uma das soluções era a criação daqueles quiosques que são explorados pela associação, depois como fazem dentro da associação isso já não é com a Câmara, a Câmara não tem de ir a cada quiosque perguntar como é que está, isso é um entendimento dentro da associação, logicamente que a Câmara não tem esse papel.»

ANDRÉ NUNES:

Disse o seguinte:

«O Regulamento de Gestão das Praias Marítimas Balneares de 2024, aprovadas em fevereiro por esta Câmara o único ponto que não diz que a licença é intransmissível e impessoal é o ponto que rege as concessões, todos os outros pontos dizem que as licenças são pessoais e intransmissíveis, todas, menos este, por isso ao passar a licença à ACPP, esta tem o poder de delegar a exploração destes quiosques a eles próprios, aos concessionários e é isso que vai acontecer e eu apelo a todos para perceberem se é isto ou não que vai acontecer, porque se não for eu garanto-vos que a associação não quer explorar estes quiosques sendo a associação a explorar, porque se estivermos todos de boa vontade e de boa fé neste projeto queremos os quiosques sim, mas para vender produtos para angariar fundos para o projeto e não angariar fundos para particular, porque o único ponto que é o ponto n.º 1 destas diretivas, são sete pontos e o único que não diz é este ponto, porquê? É um lapso, é propositado, e garanto-vos que os quiosques vão ser explorados e estão desenhados para ser explorados por cada concessionário e a Câmara sabe disso, por isso apela à Câmara e à Assembleia que fiscalize e que tenha em atenção se os quiosques servem para financiar, quem é que vai explorar, este é um ponto crucial deste projeto.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Para efeitos de registo, eu não tenho acesso a isso, o senhor André Nunes deve ter essa documentação, se puder enviar por email agradeço, pois chegará mais depressa se eu pedir ao senhor André Nunes do que se pedir à Câmara.

Relativamente a isto que o senhor Presidente disse na última intervenção, para já, fazer um ponto de ordem, porque depois há aí formas prodigas de inventar coisas sobre pessoas e sobre outras pessoas que e eu não gosto muito. A associação de concessionários, a Freguesia de Ferrel que eu represento aqui, tem esta associação em grande medida, no ponto de vista da colaboração, porque, à imagem da Tribo da Praia, também tem financiado Bolsas de Estudo para o Ensino Superior e tem tido uma conduta correta, até ao momento, com a freguesia.

Relativamente a este assunto e não estou nem contra a Câmara, nem contra a associação, a Câmara que faça o que entender, mas coloco dúvidas nesta afirmação do senhor Presidente, se faz um protocolo com a associação e depois a associação faz o que entende, eu penso que não será bem assim, porque estarmos a criar associações para depois não ser as associações a explorar e ser

entregues a empresas, que eu não sei se é isso que vai acontecer, vou ficar atento, mas parece-me que isso é no mínimo promiscuo, não direi ilegal, mas pelo menos duvidoso e eu creio que a Câmara deveria de ter alguma reserva relativamente a isso.»

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

(continuação)

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«No seguimento da intervenção do senhor Paulo Duarte a propósito do alojamento local, começaria por perguntar que acompanhamento e fiscalização tem havido por parte da autarquia, relativamente ao número de registados e não registados, um número demasiado elevado nomeadamente de alojamento local não registado. A este propósito, sei que o registo do alojamento é feito numa plataforma do Turismo de Portugal, ou seja, não é feito pela autarquia, isto não será também uma forma que gera dificuldade por parte de alguns proponentes em efetuar o registo na plataforma, porque não têm esses mesmos conhecimentos, podia haver uma equipa de apoio por parte da autarquia?

Ainda, na sequência da intervenção do senhor Paulo Duarte, falou dos transportes e aqui permite-me voltar a uma questão que já aqui coloquei em anterior Assembleia que tinha a ver com o Terminal Rodoviário e não me vou referir à dificuldade e falta de transporte ao fim de semana que todos temos conhecimento e sabemos as razões, mas em particular, relativamente à informação aos utilizadores, aos utentes do transporte rodoviário, nomeadamente, referi a aquisição do título de transporte ao fim de semana e feriados onde não existe qualquer informação e, não só aos locais, mas também muitos visitantes turista e devia haver uma simples informação dizendo como pode ser efetuada a obtenção do título de transporte, isto parece que ficou na mesma, na altura o senhor Presidente disse que iria ter em atenção, mas eu já lá tenho passado e, de facto, esta informação não existe e penso que é uma falha que é da parte da empresa de transportes.

A questão do parque industrial de Vale do Grou já aqui foi referenciada, sabe qual é a posição desta bancada, obviamente favorável, no entanto, algumas questões que colocaram e fiquei com a ideia de que a Câmara iria apresentar uma proposta a ser discutida, é assim? Nessa proposta incluisse o valor financeiro, a questão da viabilidade, o preço do m² para o comprador, a questão do número de postos de trabalho, enfim, todas estas questões irão constar?

Vou voltar a referir os cabos elétrico, nomeadamente os de telefone e outros que transportam internet, normalmente por cabo, são ocorrências que começam a acontecer com demasiada frequência. Há uns dias aconteceu em São Bernardino, o camião do lixo destruiu cabos de telefonia, a situação está resolvida, ainda bem, e não demorou tanto tempo como eventualmente se podia supor, no entanto, isto poderá alertar-nos para que tenhamos a oportunidade de pressionar algumas entidades, porque não a colocação subterrânea dos cabos, porque isto é uma situação recorrente que acontece, foi em São Bernardino, mas acontece em outras zonas do concelho e também na cidade de Peniche.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«O senhor Deputado José Monteiro deu a resposta à pergunta, em relação aos não estão registados, isto é uma monstruosidade, há pouco o senhor Paulo Duarte falou em mil, nós até podemos estimar que são mais de mil no concelho, logicamente que aqui são situações novas, a Câmara não tem estrutura para acompanhar, porque nós chegámos a fazer as vistorias técnicas, mas logicamente que temos de encontrar uma solução, a plataforma que se falou para a questão da

Taxa Turística era muito interessante, porque nos ia facilitar essa avaliação, mas as dificuldades que nós encontramos, todas as Câmaras neste momento continuam a encontrar. Já reunimos com associações do alojamento local para aprofundar, para ver quais são as medidas, quando falávamos na constituição, naturalmente, que o processo da Polícia Municipal não foi abanado, a Polícia Municipal é muito mais do que uma simples polícia, também tem a ver com o objetivo de fiscalização em várias áreas e eu referi, na altura, a questão das praias, o acompanhamento nas praias, nomeadamente a atividade das escolas de surf, mas um dos propósitos, para além de algumas variáveis do trânsito, também tinha que ver com o alojamento local e aí, confesso, é difícil ultrapassar as dificuldades que temos, porque uma das dificuldades que temos, dentro dos condicionalismos que temos, e hoje vem novamente uma proposta de alargamento do quadro de pessoal, é que há sempre resistência da parte dos autarcas. Nós estamos a ter esse cuidado, essa contenção para ver se procuramos ajustar, até por uma questão financeira, e vamos dando os passos de acordo com as nossas possibilidades, detetamos algumas insuficiências, mas não estamos em condições de as ultrapassar.

Em relação ao Terminal Rodoviário concordo em absoluto, já tinha concordado na outra vez e podem dizer que não fizemos, isto foi falado em reunião com a empresa, provavelmente nós vamos ter de fazer uma proposta com mais objetividade de como deve ser o cartaz, o equipamento que lá deve ser colocado, em função das insuficiências que existe em termos de informação para as pessoas que ali chegam e não está lá ninguém, essa é também uma questão económica da empresa, mas que pelo menos possamos dar uma ajuda e agradeço que o senhor Deputado José Monteiro tivesse reafirmado a sua preocupação.

Relativamente à zona industrial do Vale do Grou, o ótimo é inimigo do bom, eu acho que é muito difícil, eu ouvi na Assembleia temática algumas preocupações nesse sentido que é fazer-se um regulamento a condicionar a venda dos lotes em hasta pública, nós temos de estabelecer as condições, logicamente que todos estamos muito interessados que sejam empresas que criem mais postos de trabalho, bem remunerados, mas essa não é a base de uma zona industrial, acho eu, nem podemos condiciona, porque se quisermos condicionar tudo isso podemos esperar sentados e, hoje, todos têm as listas dos empresários que se manifestaram interessados e logicamente que há uma dificuldade acrescida, mas se quiserem condicionar, condicionem, aquilo não avançará. O preço do metro quadrado, a haver uma hasta pública, será definido pela Câmara em primeiro lugar, sob proposta do Presidente ou da equipa técnica, e depois aprovado aqui, logicamente, e eu também já referi isto, que uma das preocupações que eu tenho é que os valores da hasta pública não vão muito para além daquilo que nós achamos que é razoável, agora, nós temos condições para limitar uma hasta pública? Isso é legal? Esse é que é problema. Vão passando meses e meses a fio e quando fazemos estimativas de custos das infraestruturas, logicamente que elas vão sendo alteradas, se vão alteradas, aquilo que era verdade há seis meses, hoje já não é verdade. Quando nós fizemos a estimativa estávamos a trabalhar com valores à volta de 32€/m² que podia ter um intervalo entre 32 e 35€/m² e falei com os empresários que se manifestaram interessados e ninguém manifestou que era incomportável, agora, nós podemos por em hasta pública, podem haver mais interessados do que aqueles que estão referenciados e nós não podemos dizer que aquilo é para quem se inscreveu ou quem manifestou interesse. Nós podemos colocar, por exemplo, o lote maior ou o segundo maior lote pelo valor dos 32€/m² e pensar que só vai aparecer um ou dois interessados e uma empresa muito interessada com capital para o fazer e pode subir muito, se nós desejamos? Não, acreditem se quiserem, nós não queremos lucrar com aquilo, inclusive já referi mais que uma vez que, mesmo que os lotes fiquem todos vendidos e que os valores não atinjam o investimento das infraestruturas, eu acho que não é grave para a Câmara, é um investimento para a Câmara que permitirá depois que os investidores possam desenvolver a unidade n.º 3, 4 e por aí fora, sinceramente não é essa a preocupação, mas eu acho que vamos ter a oportunidade de aprofundar. Há coisa que nós temos de

cumprir, em termos de regulamentos e em termos de lei.

Em termos de cabos aéreos, não é agradável de ver, mais de um lado do que outro, mas é o concelho todos, o problema é que o concelho foi construído na base de não ter as infraestruturas para as redes subterrâneas e isso é um caminho que tem de se fazer. Eu recordo-me, ainda era Presidente de Junta, quando coloquei duas ou três questões e se o que me foi respondido, portanto, é uma dificuldade. Esta Assembleia Municipal, inclusive já neste mandato, constituiu uma comissão, mas é muito difícil implementar essas medidas, mas admito que devem ser estabelecidas regras, regulamentos, penso que as urbanizações ou loteamentos novos é mais fácil, colmatar aquilo que é quase ofensivo para os nossos olhos, eu acho que há um trabalho, que é uma preocupação, acho que temos de encontrar soluções e que deveríamos pensar num regulamento para tentar, no fundo, começar a ter atitudes preventivas, porque a maior parte das empresas não o querem fazer, mas nós podemos obrigá-los a fazer em algumas zonas. Estou concretamente a pensar num projeto que estamos a desenvolver, inicialmente não estava prevista uma rede de negativos subterrâneos para a passagem dos cabos e nós mesmo, sem ter a certeza do que passará por ali mais tarde, decidimos avançar com esse propósito e provavelmente é a própria Câmara que vai desenvolver, não sei, mas é um projeto que já está aprovado há algum tempo e que nós podemos dar o exemplo, mas não é fácil.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Agradeço as respostas.

A questão do alojamento local, obviamente que os não registados é preocupante, até porque põe em causa a receita da própria Taxa Turística, portanto, seria importante ter em atenção.

Quanto à questão do Vale do Grou só perguntei se havia a eventualidade de uma proposta para poder ser alargada essa mesma discussão, penso que a discussão nunca se esgota. Para já, é uma área que eu não domino, mas afirmou ainda há pouco na sua intervenção que iria ficar pelos 35€/m², se a autarquia vai pagar 35€/m² é evidente que podemos sempre questionar, o comprador terá de pagar mais, porque as infraestruturas são a autarquia a fazer.

Quanto aos cabos, fico satisfeito que, de facto, isso avance, porque é preciso ver, a situação que eu reporte, se todos os dias haverá mais do que uma no concelho, e preocupa-nos essa situação.»

Luís Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«O senhor Presidente frequentemente atribui culpas de algumas faltas de recurso à oposição que não deixa avançar com as suas ideias, no concreto do pessoal, e estávamos a falar da inspeção exatamente para o alojamento local, mas se o senhor Presidente entender que deve contratar para este feito, com certeza, não vai é ter dinheiro para pagar, porque nós sabemos que a Câmara já tem um rácio de encargos com o pessoal que é perfeitamente inoportuno, não vá dizer que é a oposição que o impede de tomar essas decisões.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Só quero dizer ao senhor Deputado Luís Almeida que provavelmente está enganado com os dados, em termos de rácio, isso já foi explicado e nós vamos voltar a explicar, isso inclusive foi demonstrado, de certo modo, com a avaliação que se fez na Educação, provavelmente as pessoas hoje consideram que a avaliação é feita pelo todo, quando o todo tem, neste momento, mais de duzentos trabalhadores da Educação, em termos de Assistentes Operacionais e Assistentes

Técnicos, e depois há outra coisa, é que há decisões e há opções que são tomadas, nomeadamente nos prolongamentos de horário, os OTL e outras situações que é uma opção política, não é só do Presidente, porque nós não podemos dizer “queremos melhor este serviço para a população”, então, fazemos sem pessoas? Depois há outra questão e isto tem de ser mesmo evidenciado, uma das dificuldades que nós temos em relação àquilo que é o Património do Município que detetamos, com alguma regularidade, que há propriedades do Município que nem sequer estão registadas e nós criámos um serviço do Património, temos duas pessoas e meia, uma delas faz outro serviço, e não existia, hoje há essa preocupação, loteamentos inteiros e propriedades significativas não estavam registados, aliás, algumas das dificuldades dos projetos que nós queremos avançar é a falta de registo, e há outros setores que foram reforçados, às vezes dizem que temos mais pessoal, nós tomámos medidas para reduzir pessoal, agora, ninguém valoriza, fomos a primeira Câmara do Oeste, e foi é uma opção do Presidente, foi proposta à Câmara e foi aceite, e por acaso tem retorno financeiro, a ter uma equipa de Sapadores, hoje, Torres vedras também tem, por acaso fizemos candidaturas e uma parte importante das suas remunerações são-nos devolvidas, não é para todo o sempre, são candidatura que fazemos anuais e outras áreas, mas a seu tempo vamos explicar isso.»

Luís Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Era bom que numa próxima Assembleia este tema fizesse parte da Ordem de Trabalhos, porque dá-me ideia que é geral a informação do demasiado encargo da Câmara, em termos de mão de obra, portanto, é bom, porque se calhar estamos enganados e a informação que temos é errada.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Tem que ver com outras coisas, as atualizações de salários, o subsídio de salubridade que foi inventado.»

Susana Esperança (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Vou falar em relação à questão que foi colocada pela senhora Célia Martins, Vogal da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia. Eu estive a ver o estudo, entretanto, na altura, não conhecia, tive a oportunidade de ler, estive a ver mais ou menos as questões que estavam a ser trabalhadas. Apesar de eu concordar que, dado o fator de estar já adiantado, do estudo estar feito e aprovado, também não deixo de concordar com aquilo que foi dito na questão da salvaguarda. Concordo que os pareceres técnicos são válidos, concordo que devem de ser tido em conta, mas também concordo que os habitantes e a população devem ter uma palavra naquilo a que nós chamamos de poluição visual, naquilo que é o contexto da área envolvente. Do que eu estive a ver e dentro dos conhecimentos que tenho também da matéria, realmente o estudo contempla tudo aquilo que estava previsto, inclusivamente até a parte da geologia do terreno e o facto de ser uma área de património, ao nível daquilo que é o ambiente, no entanto, também acho que, dada a extensão e dada a ocupação da área pode induzir alguma parte menos estética. Eu acho que aqui o que é importante é retirar das palavras que foram ditas, para mim foram importantes, é a questão da prevenção, daquilo que hoje, este eventualmente avança, porque já está contemplado, mas no futuro, se calhar naquilo que são os documentos que se estão a efetivar, deve ver realmente alguma coisa que seja mais exaustiva, descritiva das áreas onde possam ser contempladas estas matérias, pelo menos a nível da geologia e da proteção das áreas naturais.

Relativamente à questão que foi abordada pelo senhor André Nunes, na representação da

sua concessão e depois pelo senhor Mark Ministro, ao nível do projeto Peniche Península Segura, também fui averiguar, estive a ler, a ideia base realmente é interessante, mas também me parece importante que, e concordo com o que foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, não deve haver nada que fique em aberto a nível de protocolo, ou seja, se existe um protocolo esse protocolo deve estar muito definido, neste momento ainda não estão implementados os quiosques, e se existem dúvidas elas devem ser aprofundadas, portanto, acho que se deve iniciar o projeto considerando todas as situações que estão ainda por resolver e esta questão que foi levantada pelo senhor André Nunes realmente suscita-me aqui alguma dúvida, não estou a dizer que há um interesse na criação do projeto em atribuir os quiosques às concessões, mas acredito que, havendo essa parte omissa na lei, essa parte por definir na lei, alguém vá ver uma oportunidade e que vá avançar e depois temos a parte que é, a praia é de todos e eu acho que entregar um quiosque a uma associação não me choca, percebemos que é um bem comum e essas linhas estão definidas naquele que é o projeto, eu estive a ler melhor e está realmente muito bem definido e acredito a associação vá implementar, portanto, acho que a ideia é interessante, agora choca-me eventualmente ver uma exploração a partir de concessionários quando as leis definem o que é uma concessão.

Sobre o Terminal Rodoviário, há uma questão que, como cidadãos de Peniche e, no fundo, estando aqui na Assembleia, acho que era importante perceber-mos que não é só o fecho do terminal ao fim de semana, em termos de compra de bilhetes, mas é, por exemplo, o impacto que isso tem em termos de deslocações e vou-vos dar um exemplo que aconteceu: se a compra for feita no registo online, como agora é adquirido, e se as pessoas que se deslocam à terra não sabem que o contexto é este, o que aconteceu foi termos pessoas que chegam ao terminal atempadamente com uma ideia e com uma previsão de regresso, neste caso até era uma situação hospitalar grave, e ficam retidas em Peniche, porque o autocarro está esgotado e não há informação nenhuma, portanto. Aquilo que acho que era importante era, de alguma forma, através do Município, fazer chegar uma informação, nem que seja na página, de que Peniche está a viver esta realidade e as pessoas têm de ser informadas, isto tem de passar também para as situações que recebem os visitantes, as pessoas têm de saber que caso se desloquem a Peniche por este meio estão condicionadas por isto, porque chegam a um terminal e não conseguem deslocar-se.»

Henrique Estrelinha (PS):

Disse o seguinte:

«Gostaria de começar por felicitar o senhor professor Joaquim Raul, Presidente desta Assembleia, pela Assembleia Municipal solene do 25 de Abril, pelo convite que fez à artista Beatriz Vilar e aos músicos que convidou, foi um momento muito interessante, Cultural, que devíamos viver mais no nosso concelho e também no conjunto das intervenções que foram feitas, globalmente, interessantes também, mas este apontamento musical dignificou os 50 anos do 25 de Abril e, portanto, felicitar o senhor Professor por este convite e, obviamente, à Câmara Municipal que contribuiu obviamente para isso.

Também dizer que no dia 27 de Abril tivemos um dia muito interessante em Peniche, foi a inauguração do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, uma alegria para todos os democratas, de respeito por quem lutou pela liberdade, por quem ali esteve preso por pensar diferente ou por querer expressar a sua opinião e um povo sem memória arriscasse a fazer um dos mesmo erros que aconteceu no passado, portanto, ali temos o retrato de uma época tenebrosa para Portugal, para Peniche e que importa transmitir a todos para que não se repita. É um Monumento obviamente de orgulho para Peniche, é raro um Museu Nacional ser implementado fora de grandes cidades, normalmente estão em Lisboa ou no Porto, portanto, é um motivo de orgulho para o nosso concelho, para o povo de Peniche que também viveu oprimido enquanto existiu ali uma prisão política. Aproveitando esta questão do Museu Nacional, pergunto ao senhor Presidente, Museu

Municipal, o que é que tem desenvolvido, relativamente a isto, será naquele espaço, será noutro espaço, nós necessitamos ter um espaço onde está a história do nosso concelho, o que é que tem sido feito nesta matéria.

Relativamente aos postos de carregamento de carros elétricos, verifiquei que, durante alguns meses, foram instalados alguns postos pela cidade, verifiquei também que não foi colocada a calçada que foi levantada para a sua instalação e que esses mesmos postos não estão a funcionar, portanto, pedia um esclarecimento sobre esta matéria, porque, de facto, não é aceitável aquele tipo de situação, a calçada naquele estado.

A senhora Deputada Mariana Rocha já qui falou da revisão do PDM, este é um processo que se arrasta desde o mandato 2013-2017, começou nessa altura a revisão, foi criada uma comissão de acompanhamento no mandato anterior, essa comissão nunca mais reuniu, este processo teve e tem custos para o Município e era importante avaliar quais foram os custos até hoje com os técnicos que foram contratados, com o senhor professor Jorge Carvalho, etc., porque vão passando os anos e este processo arrasta-se e não há uma conclusão sobre ele, nem esta Assembleia tem acesso a qualquer informação. Eu tenho ideia que esta Assembleia no mandato anterior tinha na Meocloud uma pasta só com este processo e seria interessante nós termos acesso a esses documentos atualizados para estarmos a par, porque esta Assembleia é o órgão fiscalizador da atividade da Câmara Municipal e, portanto, temos de estar a par deste processo, pelo que pedia que fosse colocada essa informação e também pedia ao senhor Presidente que pudesse dar informação, em que ponto estamos e quando se prevê a apresentação final desta revisão do PDM.

Quero aqui relatar uma situação que aconteceu, este domingo, entre a Praia da Gambôa e as primeiras escadas de Peniche de Cima, quatro escolas de surf, as pessoas estavam completamente impedidas de ir à água, as praias de Peniche estavam cheias, estava muito bom tempo, as crianças não podiam ir à água, porque quatro escolas de surf ocuparam aquela zona, que é curta, e arriscavam-se a levar com uma prancha em cima, portanto, esta situação tem de ser acautelada, porque de facto queremos que haja esta iniciativa, queremos que haja escolas de surf, nós temos duas baías grandes e eles podem estender-se pelas duas baías, agora concentrar-se em zona onde está muita gente e que estão crianças, também, parece-se ser uma situação que não é aceitável.

Parque de campismo da Berlenga, o ano passado questionou-se aqui o porquê de o parque de campismo, acampamento ocasional, não ter aberto e foi dito que havia um parecer sobre a não abertura daquele espaço, ficaram de enviar esse parecer, mas a verdade é que esse parecer nunca foi enviado, portanto, pedia que nos fosse explicado porque é que este ano ainda não abriu o espaço de acampamento ocasional e se nos poderiam enviar o parecer para nós termos conhecimento sobre essa matéria.

Nós em Peniche temos poucos parques infantis para as nossas crianças, temos um no Parque da Cidade, temos um Parque na Rua do Sol e temos um no Parque do Baluarte, porque é que não há baloiços no Parque da Rua do Sol, porque partiram-se e nunca mais foram colocados, há três anos.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu acho que nunca falámos em Museu Municipal na Fortaleza, falámos num equipamento museológico municipal na Fortaleza, porque se quisermos considerar um museu de Peniche, com todas as variáveis que tem, com o espólio que tem e outro que nós podemos recolher por esse país fora que é nosso, que é do concelho, e eu estou a dizer isto porque o que nós sentimos é que conseguimos recolher parte desse espólio se tivermos condições para o expor. O que foi trabalhado foi a hipótese de as instalações que eram utilizadas pelo quartel da GNR na Fortaleza

podiam ser para um apontamento museológico municipal, que eu referi várias vezes que devia, entre outras coisas, poder servir como uma espécie de ponte, as pessoas iam ao Museu da Resistência e da Liberdade e iam à nossa exposição que tivéssemos na Fortaleza e aí, para além de outras coisas, que também estão trabalhadas e também existem propostas, poderiam partir para um museu na cidade e cheguei a falar com a senhora Vereadora Ana Batalha e o propósito, se o concelho tiver oportunidade, criar um Museu na cidade no local e nas oportunidades que possam vir a criar.

Em relação aos postos de carregamento de carros elétricos, é um processo Intermunicipal, pelos doze concelhos do Oeste, que não tem corrido bem. A informação que eu tenho, eu também passo muitas vezes a norte do Mercado, para além de outros locais, e nós temos chamado à atenção do empreiteiro, mas estiveram lá a trabalhar esta semana, penso que vão fechar os ramais, as ligações que estão para fazer, para depois reporem a calçada, é a informação que temos neste momento.

Em relação ao PDM, nós reunimos na CCDR com todas as entidades que quiseram estar presentes, estive presencialmente com outras pessoas da Câmara e outros estiveram por videoconferência e a conclusão de todos os pareceres, maioritariamente, são favoráveis, outros são condicionados e um dos elementos que faltava no processo é a avaliação de impacto ambiental, havia algum trabalho feito que era preciso ser atualizado em função dos outros pareceres e foi por isso que ele não estava feito, porque estávamos a aguardar os pareceres e aí foi contratada uma empresa, que nada tem que ver com o senhor professor Jorge Carvalho, o senhor professor Jorge Carvalho há muito tempo que não está a trabalhar com a Câmara nem ninguém da equipa dele, agora, esta é uma empresa específica que tem competências naquela área e eu acho que desta fase o processo está terminado, vamos ter de reunir para tirar conclusões.

Em relação à comissão de acompanhamento, não há razões, na minha opinião, neste momento, para voltar a reunir a comissão de acompanhamento. Admito que, em momento oportuno, possa ser, após a apresentação desse relatório e daquilo que nós vamos ter de fazer que são algumas reuniões setoriais com algumas das entidades que deram pareceres negativos ou condicionados para ver onde é que podemos conciliar, porque há coisas que toda a gente reivindica, toda a gente acha que é muito fácil os concelhos conseguirem, mas as entidades dizem que não e é não, da RAN, da REN e de outras coisas mais, e aí nós vamos argumentando e eles vão cortando, é como nós quando constituímos, numa primeira fase, o nosso orçamento municipal para o ano seguinte que normalmente são cinquenta ou sessenta milhões de euros e nós cortamos.

Em relação ao acesso aos documentos, neste momento, eu acho que o executivo municipal tem acesso a todos os documentos, se a Assembleia Municipal não tiver acesso é uma questão de ver, porque eu não estou em condições de dizer se têm ou não, portanto, vamos ver.

Praias, escolas de surf, este é que é o dilema, é o equilíbrio disto. Já durante este mandato foram reduzidos o número de escolas de surf quase a 50%, existem pressões para abrir mais e existem pressões para condicionarmos mais. Nós, no Inverno, fora da época balnear, as coisas até correm razoavelmente e há uma referência que nós temos conhecimento de que há escolas a funcionar ilegalmente, que não têm licenciamento e não há Polícia Marítima que chegue e nós não temos os recursos para andar atrás das escolas todas e foi por isso que eu referi, em determinado, que entendia que a Polícia Municipal poderia ser uma boa opção para estas situações. Estão a ser trabalhados dois regulamentos, o Regulamento para as Escolas de Surf, e os próprios Surfistas, as Associação de Surf e os concessionários querem participar, e o Regulamento para a Atividade das Praias e aí todos temos a oportunidade de dar os nossos contributos e assumir aquilo que é a nossa posição, que acho que não é igual para todos, mas é interessante, porque uns têm mais conhecimento das práticas e das experiências que existem do que outros. Quando falamos praia mar, Praia da Gâmbua, Escolas de Surf, logicamente, a praia não chega para ninguém, eu acho que é esse o desafio, conseguir travar, neste momento, essa situação acho que é muito difícil, mas acho

que não podemos perder a oportunidade como concelho e como autarcas, respeitando e ouvindo todos os envolvidos, todas as partes interessadas, nós também, com o nosso conhecimento, por aquilo que nos dizem, sem limitações e sem ceder às pressões, que existem muitas pressões nesta área, tentar ver se conseguimos fazer um regulamento interessante para nós, para a segurança das nossas praias. Eu sou, também, um dos que defende que se nós conseguirmos, legalmente, condicionar alguma pressão que vem do exterior, outros concelhos o fazem nós temos de fazer é bem, agora, como?

Em relação ao parque de campismo da Berlenga, achamos que encontrámos uma solução para o parque de campismo da Berlenga que é o possível campismo ocasional. Uma das juristas que trabalha com a Câmara vinha hoje a caminho de Peniche para ir a reunião de Câmara e, infelizmente, teve um acidente, esta reunião foi adiada várias vezes, ela esteve numa reunião de Câmara e nós não tivemos tempo para ela, estamos a aguardar que a Senhora Dra. Ana Cláudia Guedes possa recuperar para abordarmos esta questão. Admito que se soubesse o que iria acontecer quando foi colocada a questão do encerramento por causa do Covid, eu não tinha lá colocado a minha assinatura, estava na ilegalidade que estava e continuava a vida inteira, mas as coisas são cada vez mais exigentes, tudo se sabe e tudo é valorizado em termos negativos, portanto, vamos ver se conseguimos abrir o acampamento ocasional com segurança para quem vai para lá, mas também para quem se responsabiliza pelas situações.

Parque infantil, eu não vou responder em relação ao parque infantil da Rua do Sol, registei e vou mandar alguém averiguar para substituir. Em relação a outros parques infantis, está a ser desenvolvido um procedimento, havia um projeto para o Jardim Principal, que eu vou propor chamar-se o Jardim das Rendilheiras, que tinha um estudo prévio, à Câmara, quando é para execução de projetos, não é exigido um projeto de execução é exigido se tiver uma empreitada ou um concurso, os projetos são aprovados, foi a reunião de Câmara, entretanto houve uma alteração recentemente, até pelo valor, o tempo vai passando e as coisas cada vez são mais caras, portanto, procurámos isolar o parque infantil, já foi a reunião de Câmara, foi aprovada esta segmentação, penso que foi enviado novamente para a Direção Geral do Património Cultural e entretanto será executado quando for possível, a partir do momento que tenha esse parecer.»

Henrique Estrelinha (PS):

Disse o seguinte:

«Relativamente ao Museu, nós não queremos questionar nem fazer questão que seja dentro da Fortaleza, não é isso que está em causa, só queremos perceber que trabalho tem sido desenvolvido no sentido de voltarmos a ter um Museu Municipal com toda a história do nosso concelho, como tínhamos na Fortaleza.

Relativamente ao PD, falei dos valores de custo sabendo que o senhor professor Jorge carvalho já não tinha qualquer vínculo com a Câmara Municipal, aqui a questão é, há uma fase ou mesmo durante todo o processo das políticas públicas que temos de avaliar e temos de perceber que custos já tivemos até agora para também saber que erros no futuro podemos não cometer ou melhorar certas situações, mas era importante saber quanto é que já se gastou desde o início deste processo, no seu mandato ou no mandato anterior ao seu, não estão em causa os Presidentes de Câmara, é importante uma avaliação para evitar determinados erros no futuro.

Relativamente às escolas de surf, não há aqui qualquer pretensão de prejudicar as escolas de surf, a questão é sensibilizar para que se evite aquela situação, era gravíssimo o que se estava a passar, as pessoas estavam com receio de entrar na água, porque eram muitas pranchas, eram quatro escolas de surf num espaço tão pequeno.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu fiquei entusiasmado com o Conselho de Administração que gere os Museus de Portugal, cerca de quarenta Museus, e tivemos uma reunião muito interessante, com uma perspetiva de trabalho em comum, com uma perspetiva de uso daquelas instalações, inclusive com a possibilidade de corrigir mais tarde a questão da cor do exterior e com outros objetivos. No dia da inauguração do Museu estivemos novamente com essas pessoas e, recentemente, tivemos, no meu ponto de vista, uma má notícia, a comissão do Conselho de Administração foi substituída e agora vamos ter de aguardar por uma oportunidade para reunir com o Conselho de Administração, de qualquer maneira, partilhar que estamos a trabalhar com o propósito de reunir com várias pessoas do Governo entre elas a Senhora Ministra da Cultura que, quando cá esteve, mostrou essa disponibilidade, vamos tentar agendar essa reunião, até porque ela ficou sensibilizada com o que lhe referi relativamente a alguns investimentos necessários na Fortaleza, nomeadamente a frente a sul virada para o mar e também acho, pelo que me apercebi e que entendi da Senhora Secretária de Estado, que é uma pessoa acessível.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Vou voltar um pouco atrás, logo no início das questões colocadas que tem a ver com a situação da taxada Berlenga, a taxa de área, só para perceber, porque o senhor Presidente disse que iria ser feito um protocolo e eu gostaria de saber que tipo de protocolo é que é, quais são as grandes ideias desse protocolo, nomeadamente saber quais são os objetivos desse protocolo, porque eu olhando para a Portaria e tenho sempre receio quando se utiliza algumas palavras como preferencialmente fico sempre com algumas dúvidas que tem a ver com o valor da taxa, “as receitas resultantes da cobrança das taxas devem ser preferencialmente afetadas à promoção das medidas de valorização”, ora, as medidas de valorização previstas são três e elas só se situam geograficamente na Berlenga, melhoria dos serviços de uso público presentes na Berlenga, saneamentos, gestão de resíduos e abastecimento de água de acordo com as melhores práticas e necessidades identificadas pela Câmara Municipal de Peniche e pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, implementação de alternativas de fornecimento de energia elétrica sustentável e viável para a Ilha da Berlenga e melhoria das infraestruturas existentes no Cais do Carreiro do Mosteiro, com vista a garantir o embarque e o desembarque de pessoas e bens em condições de segurança. A minha pergunta é, estes 208.000 euros vão ser aplicados ou devem só ser aplicados nestas três alíneas, portanto, somente na Berlenga, gostaria só que me confirmasse esses valores, uma vez que também é Presidente da Cogestão da Berlenga.

Eu já tinha pedido, em agosto do ano passado, uns elementos ao abrigo do Regimento e não me foi dado, voltei a pedir elementos, passado seis meses, também não me foram dados, vou voltar a fazer um requerimento, a Bancada do Partido Socialista fará um requerimento, no sentido de solicitar um levantamento de todos os terrenos municipais, portanto, que são propriedade do município no concelho de Peniche.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Posso começar pela última, isso é o que nós andamos a fazer, nós podemos dar aqueles que temos referenciados e que temos conseguido fazer listas, o trabalho que foi feito para fazer o levantamento das propriedades que nós precisávamos segurar num caderno de encargos muito grandes. Em termos de algumas propriedades, admito e ainda esta semana estivemos a falar disso, a georreferenciação, a questão de escrituras, eu acho que havia um problema que eu acho não ter sido completamente ultrapassado, faziam-se escrituras e não se fazia o registo na conservatória e

esse é um problema que é muito complicado. É fácil, é dizer ao Património para ver o que tem e fazer a listagem.

Em relação ao protocolo, o protocolo terá de ser naturalmente baseado naquilo que é a Portaria. Eu arrisco-me a dizer que se for duzentos e tal mil euros por ano, se calhar, nós gastamos mais do que isso na gestão. Eu acho que o exercício é gastar o dinheiro naquilo que já gastamos terá de ser pago pela taxa, ou seja, por exemplo, só o trazer o lixo para terra, e temos obrigação de melhorar isso, nomeadamente com a compactação que é um dos propósitos que temos, e com outro conjunto de serviços que temos regulamente. A proposta foi feita antes da entrada deste Governo, eu acho que há uma dificuldade, eu falo regulamente com o responsável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas a pressionar nesse sentido, já lhe disse que ia tomar outras medidas, mas estamos aqui a ter alguma contensão, eu penso que está para breve, se não estiver para breve eu já lhe disse que ia expor a quem é responsável político neste momento para o pressionar. A energia elétrica, no essencial, naquilo que é a capacidade atual, em termos de custos para o município não cresce, porque é um sistema da E-Redes e quando muito nós damos algum apoio quando a E-Redes não está lá, mas eles controlam o sistema sem estar presente.

Aquilo que é o projeto de execução que está a ser desenvolvido do talude, isso é uma candidatura de 150.000 euros e espero que venha daí, se não viesse daí o dinheiro, está assumido que é aprovado, a candidatura é à parte, o resto da verba a Portaria permite desde que nós tenhamos capacidade para gastar o dinheiro, permite fazer o cais e o prolongamento, nós queremos fazer o projeto de execução assim que tenhamos essa disponibilidade financeira do nosso lado, a questão do Forte de São João Batista é um perigo diário e terá também de ser interoencionado, as escadas do Forte de São João Batista para o Farol, o ano passado demos uns toques, mas aquilo precisa de uma grande intervenção, para não falar da praia e o sistema de planeamento, nomeadamente se é aquele sistema, se é aquela ETAR, se temos de ir para outro sistema, portanto, se quisermos o dinheiro que vem da tarifa anualmente, não chega para o que o Município vai gastar nos próximos 15, 20 anos, é a minha opinião.»

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2) APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL POR PARTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:

No cumprimento do n.º 7 do artigo 38.º, Subsecção III, do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, usaram da palavra os senhores Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, da Serra d'El-Rei, de Atougua da Baleia e de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Quería, em primeiro lugar saudar a mesa da Assembleia pela simpatia no decurso dos

trabalhos, por ter permitido duas horas e trinta e sete minutos neste ponto, porque isto contraria claramente aquele regulamento de redução, de implementação do número de minutos para cada força política e deve ser sempre lembrado até que a voz me doa, porque não faz sentido ter um regulamento que não é cumprido, ou à regulamento e é cumprido ou é alterado. Eu chamo a atenção do senhor Presidente e à Mesa que este assunto não vai morrer até ao fim da Assembleia, porque trata-se de uma situação que não é normal em democracia.

Segunda questão, eu queria propor à Câmara o seguinte. O problema da iluminação pública não está resolvido, continuamos a ter problemas complicados de meses para substituir os LED's, é verdade que a Câmara precisou de ter um técnico, um profissional, já o tem e o problema não está resolvido, eu próprio tive a oportunidade de estar com o técnico nos últimos dias e de lhe questionar e a resposta foi rápida "a culpa é da empresa", se a culpa é da empresa, se a Câmara tem uma relação com a empresa, então de ir contratar outra empresa. Queria sugerir, como solução, em termos de transparência entre nós, entre Câmara e Juntas de Freguesia um modelo simples, partilhado, de informação em que nós informamos os arruamentos que têm problemas de iluminação pública, eles são ali colocados, toda a gente tem a acesso em igualdade de circunstâncias e de oportunidade e também na mesma situação todos nós termos acesso à evolução, à execução e à concretização dessas intervenções na iluminação pública.

Por último, sendo responsabilidade da Câmara a sinalização das ruas, ou seja, a substituição de sinais de trânsito, eu tomo a iniciativa de propor que seja feita, por parte da Câmara, uma informação, porque a responsabilidade é municipal e porque a Câmara não está a dar nada às Juntas de Freguesia está apenas a permitir a substituição dos sinais que não estão bem, e que seja levada a reunião de Câmara nesses sentido para permitir que as Juntas de Freguesia disponham em stock de alguns sinais de trânsito, nomeadamente os mais necessários e dessa forma evitar os ofício e os email, portanto, são duas propostas concretas, relativamente às áreas de iluminação pública e da sinalização e trânsito.»

Célia Martins, Vogal da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia (PSD):

Disse o seguinte:

«Começo por agradecer as palavras da senhora Deputada Susana Esperança, tranquilizou-me, porque afinal a minha mensagem passou.

Queríamos reforçar, em primeiro lugar, a nossa disponibilidade para reunir o quanto antes e articular com a Câmara e os serviços técnicos para conseguirmos uma solução concertada para regularizar as questões da toponímia e numeração de polícia, tentar regularizar sobretudo na Consolação, porque tem surgido vários pedidos, isso tem depois efeitos na vida das pessoas e o processo fica muito moroso quando a situação não está regularizada e era efetivamente importante conseguirmos esta solução concertada.

Ainda sobre a Consolação, preocupa-nos, sobretudo por questões de segurança, a continuidade da instabilidade da arriba a norte junto ao Forte. Queria questionar o senhor Presidente se já há novidades quanto a uma possível intervenção e também do lado sul, no muro, tem lá há uma série de tempo umas baias para as pessoas não se aproximarem do muro. Estamos outra vez na época alta, com maior procura na Consolação e estas questões de segurança, de facto, têm de ser acauteladas.

Porque estamos a aproximarmo-nos de um número redondinho, faz dez anos que a Câmara Municipal de Peniche adquiriu a Casa dos Valas, continua fechado, também reiteramos a nossa vontade de articular com a Câmara Municipal para que se possa usufruir daquele espaço com dignidade, para podermos também utilizar este espaço para servir melhor o cidadão, como serviço público, mas também, porque ele tem alguma dimensão, devolver esse edifício e permitir que associações ou a comunidade possam usufruir daquele espaço. Referir também que tínhamos

sugerido, na altura, em 2021, uma intervenção faseada, sobretudo focada no Rés-do-Chão e gostaríamos realmente de ver esta situação com soluções a curto prazo.

Abordar a Casa dos Valas também me leva a uma matéria que já foi apresentada em várias instancias, desde 2016, que é a delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana em Atouguia da Baleia, o tema do estado de conservação do edificado, sobretudo, na zona antiga é um tema recorrente que é levado nas intervenções do público nas Assembleias de Freguesia, não é só uma preocupação nossa e na sequência de uma deliberação da Assembleia de Freguesia que foi aprovada por maioria, em abril de 2022, há mais de dois anos, para que a Câmara definisse uma ARU que é de facto um instrumento que poderia conferir incentivos, tanto aos proprietários, aos privados, como do ponto de vista das entidades públicas, e lamentamos também não ter havido avanços nesta matéria.

Reforçar também o pedido de reembolso, ao abrigo do acordo de delegação de competências, de 50% do valor do trator e corta-canais, que foi adquirido em 2022, muitas vezes até utilizado, e vamos continuar a fazê-lo, sempre mediante a situação de querermos o melhor para todos e disponibilizamos aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e à Câmara Municipal sempre que for necessário, já fizemos por via de ofício, mais do que uma vez, e também não obtivemos resposta, o mesmo se aplica também ao reembolso parcial dos vencimentos dos funcionários, na sequência dos justos aumentos salariais.

Finalmente, também nos associamos, porque também é uma preocupação que temos, muitas queixas ao nível da iluminação pública e, sobretudo, da dificuldade de poder conseguir responder a um tempo útil, porque houve situações, nomeadamente na Bufarda, porque tivemos muita insistência por parte de muitos moradores e era uma zona muito extensa da localidade, durante muitas semanas esteve sem iluminação pública e, de facto, temos de tentar mais ainda para que esta situação não se repita.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu acho que foi dada informação às Juntas e Freguesia, em determinado momento, de acesso à plataforma “privilegiada” com a E-Redes, portanto, há um acesso direto que a Câmara tem e acho que as Juntas de Freguesia também têm. Todos nós temos dificuldades, nós também temos dificuldades com a E-Redes e estou a começar por aí, porque o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei o referiu. Nós podemos inventar todos os sistemas e registei algumas coisas que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei referiu, nomeadamente, em relação ao setor, vamos procurar fazer melhor, agora, há situações que nós não conseguimos dar resposta se não tivermos conhecimento, situações que sejam mais graves têm que nos encaminhar, normalmente essas situações estão do lado da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, nas situações que não têm solução e que é preciso eu intervir, intervenho, mas não é para todas as situações que eu estou a incomodar as pessoas que temos os contactos privilegiados para situações de exceção, nós temos é de ter a sensibilidade para perceber o que é a normalidade de substituição de uma lâmpada e aquilo que é grave que nós também detetamos e também tenho respostas às vezes surpreendentes.

Em relação à toponímia, isso é uma questão que tem muito a ver com a Junta de Freguesia, logicamente que da nossa parte estamos cá para ajudar, a questão da numeração, Junta de Freguesia cumprindo o regulamento é muito fácil resolver os problemas, se tiverem resolução, precisam da nossa ajuda, tudo bem. A questão da atribuição dos nomes ou a sua alteração também tem uma comissão que normalmente tem alguma agilidade em relação a isso.

A questão da arriba norte, a responsabilidade é da Agência Portuguesa do Ambiente, o que nós estamos a procurar fazer é a definição da parte da entidade para percebermos se há

possibilidade, porque aquilo é muito exigente em termos financeiros, de podermos ser nós a contratar o projeto de execução se houver garantia de investimento, porque estarmos a fazer o projeto de execução sem essa garantia é estarmos a fazer um investimento que pode não ter retorno, estávamos a ver se conseguíamos que isso fosse considerado como uma possibilidade e está a ser trabalhado.

Do lado sul a situação é mais complicada, aquilo é um processo que dura há muitos anos, tem muito que ver com a Agência Portuguesa do Ambiente, a Agência Portuguesa do Ambiente interveio, foram dadas autorizações para construir aqueles edifícios, mas não quero pronunciar-me muito sobre isso, porque a responsabilidade não é nossa, agora, sinceramente, preocupa-me aquela situação toda e eu não dormiria descansado se tivesse uma casa sobre a arriba, mas as pessoas fazem-no. A Agência Portuguesa do Ambiente conhece muito bem a situação, nós já discutimos esse assunto com eles e se tiverem de tomar medidas têm de as tomar. Esta é uma situação muito sensível, mas é uma situação de risco, enquanto no talude norte nós queremos intervir, aliás, parámos a intervenção no Forte da Consolação por causa daquele desmoronamento que houve e achamos que aquilo tem de ser consolidado, mas tem de ter o apoio da Agência Portuguesa do Ambiente e como está garantido que há um financiamento para a deslocalização da Marginal Norte na península e é a através da Agência Portuguesa do Ambiente, o projeto de execução somos nós que o temos estado a desenvolver, ali é a mesma coisa, só queremos autorização para podermos intervir.

Em relação à Casa dos Vallas, a Junta de Freguesia tem de perceber e definir o que é que quer, porque a Câmara não vai substituir a Junta de Freguesia em tudo o que é preciso naquele equipamento, porque já fez lá várias intervenções, para além de ter adquirido o edifício, uma das minhas preocupações foi substituir a cobertura, que foi feito, e mais algumas intervenções, portanto, eu acho que seria interessante a Junta de Freguesia fazer a avaliação e depois dizer que intervenção quer fazer e que intervenção está em condições de ser a própria Junta de Freguesia a fazê-lo, porque tem profissionais que o podem fazer, para depois nós podermos falar e nessa reunião eu quero estar presente.

ARU, é um dos objetivos que nós já traçamos há muito tempo e não é só uma ARU, são várias ARU's, é uma reivindicação que nós também gostávamos de concretizar, está para contratação como outros processos. A questão da avaliação interna, em relação aos contratos e a uma figura que nos apareceu e que nos assustou que é o fracionamento de despesa e baralhou o sistema todo e ainda não o ultrapassámos, mas temos isso sinalizado, é nosso desejo, acho que é uma exigência que é natural e que nós apoiamos, mas ainda não conseguimos fazer a contratação da empresa que faça esse trabalho.

Relativamente ao reembolso de 50% do trator e corta-canais, não há nenhum protocolo que preveja isso, as Juntas de Freguesia não podem continuar a assumir custos sem falar com a Câmara previamente, as Juntas de Freguesia fazem as compras e depois dizem que temos de pagar 50% do investimento, não há nenhuma compromisso nesse sentido, é o contrário, as Juntas de Freguesia em sede do Orçamento do ano seguinte faz a proposta, é por isso que, neste e noutros casos toda a gente fala no saldo negativo das contas da Câmara, não o podemos alargar, nós estamos a tentar controlar e eu não quero que mais nenhum ano, mesmo com o défice na Educação, que haja esta acusação e tem de ser cortado, não podemos continuar a distribuir dinheiro como tem estado a ser distribuído. A Junta de Freguesia decidiu, depois transmitiu-nos e nós temos de aceitar, se alguém quiser fazer essa proposta faça, se o executivo municipal quiser aprovar, aprove, e eu faço uma declaração de voto, aliás, vou fazer, as decisões todas que foram feitas contra a minha vontade de o mandato passado, houve coisas que eu tive de engolir e agora não tenho de engolir, porque não há dinheiro suficiente, temos a situação estabilizada, estamos a querer reduzir o pagamento a fornecedores e vamos criar mais despesa sem ter essa segurança, quem quiser fazer

proposta, os senhores Vereadores podem fazer propostas, a Junta de Freguesia pode fazer propostas, mas eu não vou ceder.

Em relação ao protocolo dos salários, o protocolo de atualização dos salários está aprovado e foi proposto pela senhora Vereadora Ana Rita Petinga um planeamento de acordo com a nossa disponibilidade financeira. A senhora Vereadora Ana Rita Petinga tem estado em contacto com a área financeira da Câmara para perceber como é que pode pagar os retroativos de 2023 e o ajustamento de 2024.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Dizer que a comissão de toponímia reuniu no dia 10 de abril, e esclareceu que tem a ver essencialmente com os loteamentos e com os números duplicados que estão a surgir e que já vêm surgindo há alguns anos, nomeadamente na Consolação. Fizemos uma reunião com toda a equipa da toponímia, exceto a senhora Vereadora Ana Batalha que não estava presente, comos técnicos do município, como senhor Presidente e eu própria e a senhora Inês Lourenço, ficaram definidas regras de procedimento para quando chegarem esses pedidos aos técnicos, se continua a agradecer eu agradeço que me digam para eu voltar a falar com os técnicos e perceber se existe alguma falha de comunicação.»

Célia Martins, Vogal da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia (PSD):

Disse o seguinte:

«Não se trata dos novo loteamento, são sobretudo situações passadas, a questão é que nunca foi atribuído um número de polícia, são questões de lotes e daí haver essa repetição e esse apoio técnico por parte da Câmara é importante, porque nós não temos recursos suficientes para poder regularizar, porque convém haver uma consulta pública, dar conhecimento aos moradores que vai haver essa regularização, porque isso vai ter implicações nas atualizações das moradas e também precaver a isenção de custos com a emissão de certidões para poderem fazer essa atualização e por isso é que é importante essa concertação. Agradeço a disponibilidade da senhora Vereadora Ana Rita Petinga e do senhor Presidente sobre reunirmos para discutir estes assuntos.

Sobre a questão dos 50% a informação que eu tenho, isso está escrito, infelizmente, não lhe consigo dizer, mas o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, com certeza poderá depois dar esses argumentos em sede própria ou então esclarecer nessa reunião, e falou num aspeto importante, de facto, que é a gestão dos fundos públicos.

A utilização da Casa dos Vallas não é só uma questão de revitalização do Património, é efetivamente uma questão de custos, porque estamos a pagar um arrendamento do Posto dos CTT e se aquilo estivesse em condições estaria a ser utilizado e não pagávamos uma renda, aqui não haveria desgaste. Se tivéssemos feito uma delimitação de uma ARU em tempo útil, além dos incentivos por parte dos proprietários, também as entidades públicas podiam beneficiar desses incentivos e haver até vários meios de financiamento para obras em edifícios públicos e isso também não foi acautelado, por isso às vezes a inércia também cria problemas ao nível da gestão financeira, e daí que as coisas ligam-se e é importante fazer essa referência.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quando apareceu o IFRU nós estivemos a avaliá-lo e para o interesse autárquico aquilo particamente dizia zero, para os privados tem outro tipo de bonificações, nós estávamos a desenhar um plano de aquisições de edifícios para depois os recuperar, mas chegámos à conclusão que os benefícios que tínhamos não eram muito grandes.»

Célia Martins, Vogal da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia (PSD):

Disse o seguinte:

«Eu convidava o senhor Presidente para ver quantas ARU's estão delimitadas e aprovadas a nível nacional, isso prova que afinal era um instrumento que realmente dá benefícios.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu não disse o contrário, aliás, até acho que devíamos ter ARU's em Atouguia da Baleia, em Ferrel, na Serra d'El-Rei, na Bufarda e noutros mais, eu contrariei a senhora Célia Martins na análise que fez de que as autarquias podiam beneficiar com isso, a autarquia, do seu Património, foi só isso.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Saudou a afirmação do senhor Presidente de que o senhor professor Jorge Carvalho está afastado da questão do PDM, porque, não colocando em causa obviamente as suas qualificações e os seus atributos para a matéria, de facto, estava a mais em Peniche. Falando do senhor Arquiteto Gil para me referir à questão da central fotovoltaica que foi colocada aqui pela senhora Célia Martins que atinge só o território da Freguesia de Atouguia da Baleia, mas está muito perto, está colada ao Rio de São Domingos que é o que separa os territórios, aquilo que, no âmbito do PDM, chegámos a ver e existem esses documentos, no tempo do saudoso, senhor João Augusto Barradas, portanto, há bastantes anos, ficou aprovada a ligação Baleal Sol Village I à rotunda de Porto de Lobos que é uma matéria que a freguesia defende há muitos anos, nas mais diversas forças políticas e quando se discutia esse assunto do PDM o senhor Arquiteto Gil disse que isso estava fora de questão, porque ia para estudos de impacto ambiental e que nunca seria aprovado uma coisa desse género naquele local, este projeto está muito perto de onde iria passar a estrada, mas não tenho elementos.

Relativamente ao assunto dos cabos elétricos, de facto, tem sido um problema, ainda hoje ardeu um em Ferrel e foi necessária a intervenção dos Bombeiros. Aproveito para agradecer mais uma vez aos Bombeiros.

Sobre a Educação em Ferrel e o pátio das escolas primárias, foi colocado na Assembleia Municipal pelos pais está a fazer um ano. É certo que a senhora Vereadora Ana Rita Petinga também me referiu que estariam a pensar fazer alguma coisa e, na altura, a resposta que o senhor Presidente deu a esses pais foi que ia ver com a Junta de Freguesia como é que poderia fazer essa obra, ainda estamos à espera.

Referir apenas que existe um muro na escola primária, e já foi colocada essa questão em sítio próprio por escrito, que está em perigo de queda e espero bem que ele seja reparado antes que aconteça alguma coisa, porque naquela zona já caiu um muro, felizmente foi só chapa, mas esperamos que isso seja acautelado a tempo e horas.

Relativamente às questões do orçamento, eu tenho colocado a questão da rubrica que diz transferências para as freguesias, já coloquei várias vezes e, como se passa com os ofícios, o senhor Presidente diz que vai fazer a informação e vai passando sem responder eu queria fazer um conjunto de afirmações e gostaria que o senhor Presidente respondesse sim ou não, ou se está certo ou errado, até com a ajuda, sempre disponível, do senhor Diretor Municipal, creio que há aqui questões que até terá na ponta da língua.

- O apoio às Juntas de Freguesia, para esta rubrica do orçamento, tem de vir à Assembleia, sim ou não?

- Em 2022, não veio cá nenhum apoio, certo? Creio que não.
- Em 2022, o Orçamento tinha 80.000 euros nesta rubrica, sendo assim foi gasto zero, zero para este motivo, mas as contas têm sido negativas, portanto, ele tem sido gasto.
- Em 2023, teve 40.000 euros nesta rubrica, foi aprovado em dezembro, e bem, 15.000 euros para a Freguesia da Serra d'El-Rei.
- Em 2024, esta rubrica tem 40.000 euros, já foram aprovados tardiamente os 8.000 euros para a Freguesia de Peniche, para a Freguesia da Serra d'El-Rei no protocolo que aprovámos no final do ano passado estão previstos 10.000 euros, segundo parece está prometido à freguesia 15.000 euros para o Campo de Paddle e se vier da minha parte aprovamos, nunca voto contra apoio a Junta de Freguesia nenhuma, há aqui 105.000 euros que não sabemos para onde fora, não estou a dizer que saíram da Câmara, no que está previsto para 2024 são 33.000 euros numa rubrica que tem 40.000 euros. Na discussão do orçamento municipal o senhor Presidente disse ao senhor Deputado Henrique Estrelinha que, o facto de para o cemitério de Ferrel estar zero euros no orçamento, podia ser utilizada esta rubrica, uma vez que com os compromissos assumidos, como o senhor Presidente disse, sobram 8.000 euros, eu pergunto se vai ser 4.000 euros para a Freguesia de Atouguia da Baleia e 4.000 euros para a Freguesia de Ferrel ou para onde é que vai.

Relativamente a esta questão das contas, aquilo que o senhor Presidente sente na Câmara, que toda a gente vai pedir e que não estica, as quatro Juntas de Freguesia também sentem, porque também têm coletividades, têm muitas frentes, são muito poucos para as necessidades que têm e, de facto, depois tem de se fazer a gestão e opções e planeamento, é simples, mas também temos de honrar os compromissos e neste momento a Câmara deve dinheiro às Juntas de Freguesia, porque já está aprovado e está a dever e eu gostaria de perceber qual é o planeamento que nos vai ser dado conhecimento, sendo assim, deste valor dos salários. Queria dizer que nem sempre a questão da cedência, ter de ceder a um e depois ter de ceder a três ou quatro não é bem assim. Já houve várias vezes que foram aprovados apoios financeiros, não estou a falar só das Juntas de Freguesia, em que foram aprovados para uns e não foram aprovados para outros, já houve várias vezes em que a Câmara Municipal decidiu investir num sítio e não investir no outro, isto para dizer o quê, eu creio, sem ter a certeza absoluta, que o senhor Presidente da Câmara tem razão nesta questão do trator da Freguesia de Atouguia da Baleia, não está previsto nestes novos autos e é normal que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, tenha essa experiência, porque estava previsto nos protocolos anteriores e sim, tinha de dar a informação prévia, mas isso não implica que mesmo que tenha havido alguma confusão da parte da Junta de Freguesia que a Câmara não possa apoiar, a Câmara tem apoiado aquilo que quer, portanto, se quiser apoiar o trator da Freguesia de Atouguia da Baleia depende só e única exclusivamente da Câmara.

Eu gosto sempre de lembrar o senhor Presidente, porque ele esquecesse sempre de uma parte, quando ele refere que comprou este Dumper para a Junta de Freguesia da Ajuda, esquecesse sempre que chegou a referir nesta sala que comprou o Dumper, naturalmente no sentido figurativo, para ir ao armazém da Câmara comprar material, também era fácil fazer contas assim, se as freguesias tivessem um estaleiro aberto para irmos lá servir à hora que queríamos era menos faturas que chegavam ao fim do mês e nós também fazíamos um brilharete muito mais facilmente.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quero começar por falar das baratas e dos ratos, portanto, no mês de maio, dois ou três dias úteis, a Freguesia de Peniche recebeu 78 pedidos de desinfestações e de desbaratizações. Eu gostava de saber se está a ser feito e se a empresa vos diz quais são os locais que estão, porque podem dizer que estão a fazer, mas na realidade não estão.»

Em relação aos cabos elétricos, o que acontece nas freguesias rurais, em Peniche dobra.

O assunto já foi falado pelo senhor Deputado Henrique Estrelinha, aquela zona de abastecimento dos carros elétricos por trás do Mercado e na Avenida das Escolas que estão lá desde finais de dezembro, continua tudo na mesma, estão a ocupar lugares de estacionamento, a calçada continua solta e estamos em junho, mas já percebi que tem que ver com a empresa.

Gostava de voltar a relembrar o pedido de marcação de passadeiras na Rua Marechal Craveiro Lopes, por trás da Escola D. Luís de Ataíde, são dois locais por onde passam muitas crianças, tanto em frente à Central Elétrica como do lado da Avenida Arquiteto Paulino Montez.

O mesmo também em relação a um pedido de estacionamento para deficientes em frente ao café do Polivalente, por exemplo, este fim de semana tivemos lá, no sábado e domingo, muita gente e eu vi um carro de um senhor com mobilidade reduzida ter de ir estacionar em outro lado, porque não tinha estacionamento para deficientes e tornar legal aquelas raias amarelas que estão frente ao café, fazer uma rampa, porque há ali pessoas de cadeira de rodas que se querem deslocar ao Polivalente e não conseguem.

O mesmo em relação à Rua Cruz das Almas, mais conhecida pela rua do Café Caçador, estou a referir-me à zona entre o n.º 62 e o n.º 100, que vai da rotunda do Café Caçadora até à rotunda do Bar 102, estamos a falar de 300 metros de reta e não há uma única passadeira. Foi solicitado pela Freguesia de Peniche no dia 05 de dezembro de 2017, no dia 29 de janeiro de 2020 e no dia 17 de agosto de 2023, portanto, volto a solicitar que seja marcada uma passadeira junto aos ecopontos, atravessando a Rua Armando Sampaio Sena ou a Rua Bartolomeu Dias que é onde as pessoas se dirigem para despejar os seus lixos domésticos que é do outro lado da rua.

O abrigo rodoviário da Estrada dos Remédios continua nu, não é da Freguesia de Peniche, mas está lá nu.

Gostaria também que houvesse aqui alguma coordenação, entre Câmaras e Juntas de Freguesia, nós tentamos perceber quais são os apoios financeiros, através do Associativismo e Coletividades, que a Câmara dá para certos eventos e coletividades, isto porquê, as coletividades pedem à Câmara, a Câmara dá dinheiro e depois vão pedir à Junta de Freguesia e dizem que a Câmara não deu, não é o apoio logístico que me está a preocupar, o que me preocupa mais é se é verdade ou não que a Câmara não deu apoio financeiro e depois vão bater à porta da Junta de Freguesia, porque é impossível a Junta de Freguesia de Peniche estar a dar apoio financeiro a cinquenta coletividades, portanto, eu gostava de saber se é possível a Junta de Freguesia ter acesso àquilo que a Câmara dá apoio financeiro às coletividades, situações pontuais ou alguns torneios.

Em relação ao parque infantil da Rua do Sol, a freguesia tem 12 homens e a transferência de competências com a freguesia foi em 2021.

Em relação ao armazém que a Freguesia de Peniche comprou, comprou e estava nas GOP desde 2018.

Protocolos de obra, eu quero saber se há vontade de haver protocolo, eu quero saber se há vontade de haver celebração de protocolo de obra, Largo Nossa Senhora da Conceição, foi pedido em março de 2022, espaço do Car Bus, a Travessa do Muro da Filha eu estive lá em janeiro, aquilo estava em perigo, foi mandado ao chão, pusemos baias, 09 de janeiro, tirámos baias, pusemos baias a 20 de fevereiro, hoje tive o cuidado de passar lá está exatamente na mesma, fizemos um pedido de protocolo de obra a 23 de fevereiro e no dia 26 de fevereiro já havia um projeto, nós estamos disponíveis para fazer.

Espaço entre a Rua do Brasil, Rua dos Dominginhos e Azinhaga do Hospital, isto é um assunto que já vem de há muito tempo, estamos a falar de um espaço que merecia estacionamento da Rua dos Dominginhos, ficava uma rua calçada, bonita e não aquilo que lá está.

Largo de São Pedro, sabemos que não é tão linear construir ou fazer ali calçada pelo que tem por baixo, mas tendo em conta as cotas que ali estão, aquilo é muito baixo, nada é impossível

de se fazer. Eu pergunto se não há possibilidade de fazermos um protocolo para fazer um passeio, pelo menos de 1,20 metros, naquela zona ali à volta, porque já não basta aquela zona ser apelidada de Carreiro Fedorento que depois ainda temos aquele lamaçal. Temos lamaçal no Largo de São Pedro, temos os contentores do lixo virados para dentro do Largo de São Pedro, temos o contentor das roupas e são mais roupas no chão do que dentro do contentor, portanto, virar os ecopontos para a rua que facilitaria o serviço dos transportes dos serviços de higiene e limpeza e ficar aquela zona pelo menos mais limpa e não ter aquele aspeto.

É a última vez que eu vou falar deste assunto, abrigo Homem do Mar, Portões de Peniche de Cima, fizemos um ofício a 12 de fevereiro de 2020, eu estou a falar disto, porque há um ou dois meses atrás vimos aquela casinha ao pé do salva-vidas na Gambôa, dizendo que a Freguesia de Peniche estava interessada em adquirir uma estrutura para fazer como temos na Ribeira, fazer igual para os pescadores de Peniche de Cima, a Câmara pediu-nos um estudo, nós enviámos o estudo a 20 de fevereiro, com o enquadramento e a estrutura do local, o porquê de ser uma lata de conserva, a questão da indústria conserveira enquanto identidade local, enviámos o estudo de dimensão e planta de localização. Eu só quero saber se ainda há uma réstia de esperança de colocarmos um abrigo Homem do Mar e foi solicitado nesse ofício que fosse feito o contacto com a Direção Geral do Património Cultural ou com a Agência Portuguesa do Ambiente, por estar encostado à muralha.

O espaço do Car Bus, eu não sei se ele está enquadrado em alguma coisa, também foi pedido um projeto de obra para se fazer um espaço virado para os miúdos que andam na Associação Juvenil de Peniche e na Escola D. Luís de Ataíde, portanto, fazer ali um espaço mais bonito do que está.

Em relação aos apoios à Juntas de Freguesia, antes das transferências de competências nós proponhamos à Câmara e a Câmara dava-nos os 50%, agora, com a transferência de competências já não, porque nós recebemos uma verba única de 10.000 euros que não abrange as reparações, nem os veículos.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«O piso para o pátio da escola, eu já tinha dado orientação para atualizar a estimativa para apresentarmos a reunião de Câmara, mas a Chefe de Divisão está sozinha praticamente, a dificuldade é esta, de qualquer maneira é pegar no outro contrato, porque já existe uma coisa proposta, e pedir ao Aprovisionamento a atualização dos dados.

O muro da escola primária em perigo, não conheço isso, só queria saber se foi através da Proteção Civil ou para onde foi para ver, porque se nós intervimos no muro todo entre as duas escolas, se há algum muro de uma escola primária em perigo, logicamente que é sempre prioritário, mas não sei do que estamos a falar, alguém tem de ir fazer a avaliação.

As verbas do Orçamento não ficam cativas, as verbas do orçamento são flexíveis e logicamente que não é por estar aquela verba que nós vamos ter de a atribuir, isso é gestão orçamental, não é gestão financeira. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel falou em vários valores, não há nenhum compromisso de 15.000 euros para o Paddle.

Em relação ao cemitério, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel não comunicou à Câmara que ia fazer a obra como fez, nem pôs essa em consideração, acusa os outros que não comunicam, e fez a intervenção, mas no mínimo devia ter perguntado aos nossos serviços se nós tínhamos alguma capacidade para apoiar, porque por mim não passou nada.

Em relação ao planeamento dos salários, a senhora Vereadora Ana Rita Petinga estava a referir-me que iria enviar aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia um cronograma que viu hoje com os serviços financeiros para pagamento dos retroativos e a atualização deste ano.

Em relação às passadeiras, nós também queríamos pintar mais passadeiras e pintar aquelas que não existem, mas temos de tomar decisões, ainda hoje uma das questões que falei com a senhora Chefe de Divisão foi se tínhamos possibilidade ou não de proceder à pintura, que está perspetivada, do Pavilhão da Escola D. Luís de Ataíde que está um nojo e ela referiu-me que é melhor pensar numa empreitada para executar, logicamente que se for uma empreitada vamos ter de avaliar qual é a orçamentação, por administração direta pode demorar mais tempo, porque os trabalhadores estão pagos, temos de comprar as tintas, sabemos que leva mais tempo, quando contratamos fora é mais uma verba, depois são opções, são as prioridades. Nós começamos a intervir no Jardim de Infância junto à PSP e neste momento estão lá os pintores, estavam a pintar passadeiras, mas tiveram de ir para ali e daqui a pouco vão de férias, não dá para tudo, mas espero que algum iluminado quando vier para esta Câmara vá resolver esses problemas todos.

A questão do apoio ao Associativismo, se a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche quer alguma informação específica sobre o apoio a uma associação, é uma questão de ver com a senhora Vereadora Ana Rita Petinga e ver. Nós devíamos tornar público, e eu estou a preparar-me para isso, para onde vai o dinheiro da Câmara. A grande mudança tem que ver com a educação e é do Governo do Partido Socialista, um milhão e meio de 2023, o défice da Educação é maior que isso com certeza.

Rua do Brasil é um processo que esteve a ser avaliado recentemente, é uma questão da senhora Vereadora Ana Rita Petinga avaliar.

Largo de São Pedro, nem pensar, já referi isto, o Largo de São Pedro é uma obra que, a fazer, é de grande dimensão, um calcetamento muito considerável que, para ser a Câmara a pagar a calçada e a pagar os calceteiros, tem de ser a Câmara a fazer, então nós pagamos tudo e vai lá a Junta de Freguesia acompanhar a obra, não tem lógica. Quando eu era Presidente de Junta de Freguesia comprava a calçada, contratava o calceteiro, a obra era toda da Junta de Freguesia, nós estarmos a pagar e passar a ser uma obra da Junta de Freguesia não faz sentido. É uma obra muito exigente, tem ali competências de entidades externas, de facto precisa de uma grande intervenção, mas estamos no Campo da República e só parámos agora, porque vem aí festa em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, ma depois retomamos.

A senhora Presidente de Junta de Freguesia pode fazer a proposta que entender e recuperar a proposta sobre o abrigo ao Homem do Mar que não é nada como o que está lá em baixo, é uma coisa que eu não concordo, mas coloque a questão, eu levo ao executivo e se o executivo considerar e tiver parecer favorável da Direção Geral do Património Cultural coloca, eu não concordo, acho que é uma coisa aberrante para aquele lugar, não se enquadra, é a minha opinião, se for um abrigo rodoviário do tipo que lá está em baixo, uma estrutura em madeira até admito, mas não é a mesma coisa.

Car Bus, não há abertura para fazer lá nada, porque é um espaço que já tem um estudo interno para colmatar umas insuficiências na zona, que vai ser muito exigente a partir do momento que for iniciada a utilização da Central Elétrica.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Relativamente às baratas e aos ratos, as setenta e oito foram reportadas, a empresa já veio a algumas ruas, não veio ainda a todas, mas eu vou pedir um relatório para enviar à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, porque efetivamente as reclamações que tenho são só da cidade.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quero agradecer à senhora Vereadora Ana Rita Petinga.

Em relação ao abrigo Homem do Mar, foi o nosso ofício n.º 80, de 14 de setembro de 2020, a Câmara respondeu-nos no dia 12 de fevereiro de 2020, é o ofício da Câmara n.º 1549, sobre o abrigo, a pedir-nos a localização ou estrutura, de forma que o pedido fosse submetido à Direção Geral do Património Cultural. Só para dizer que aquilo é feito em madeiras novas ou pode ser em madeira tratada, tal e qual como é a vigia da Thai Union que toda a gente adorou, isto é uma lata de conserva que toda a gente vai adorar, é exatamente igual.

Quanto à calçada de São Pedro, a Câmara paga e a Junta de Freguesia ficava a acompanhar, a Junta de Freguesia não acompanha nada, a Junta de Freguesia nem tem técnicos é tudo pessoal operário e a obra não era da Junta de Freguesia, a obra é do povo de Peniche.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«O senhor Presidente disse aqui coisas que não correspondem à verdade, creio que deve ser esta a dialética para não ficarem ofendidos.

Primeiro dizer que o Governo Partido Socialista deu-lhe quatro milhões de euros para a descentralização, além de, a partir de 2019, 7,5% na participação do IVA, aí é que foi do Governo Partido Socialista.

Depois, dizer-lhe que os contratos de obra vigoraram enquanto deu jeito fazer certas contratações de estrangeiros ou coisa desse género. Eu sempre disse, os contratos de obra tinham de acabar, porque a gestão como estava a ser feita tinha de rebentar, como é lógico.

O muro da escola é o que já foi intervencionado pela Câmara há uns anos, foi intervencionado até uma fase e agora a outra fase, se não for intervencionada, vai cair, mas vê-se facilmente, porque a Câmara tem conhecimento e já fez intervenção numa parte.

Gestão orçamental, à DOC, dá no resultado que dá senhor Presidente, fazer um orçamento só porque se tem de fazer e aprovar e depois tirar e pôr, dá no resultado que dá, desculpe dizer isto desta forma, mas também já fiz alguns orçamentos, já aprovei alguns orçamentos com minoria na Assembleia de Freguesia, já levei orçamentos até ao fim e sei minimamente o que é que estou a dizer, a gestão dessa forma, os resultados estão evidentes.

Relativamente ao cemitério de Ferrel, senhor Presidente, desde que o senhor é Presidente da Câmara o cemitério de Ferrel já teve de ser alargado de urgência três vezes, por ficar sem covais, uma das vezes não tínhamos onde sepultar pessoas, o muro tinha de ir abaixo, tinha de se fazer a obra, a Junta de Freguesia não tinha funcionários, não tinha dinheiro, não tinha máquinas, hoje tem tudo, porque não fizemos uma gestão à DOC, e nessa altura foram duas empresas que nos tiveram de salvar, porque a porta da Câmara manteve-se fechada quando nós não tínhamos um coval disponível e isto foi realidade, porque quem teve essa responsabilidade, na altura, fui eu. Senhor Presidente isso aconteceu depois uma segunda vez e está a acontecer outra vez, o assunto do cemitério de Ferrel quantas vezes já foi discutido na Assembleia, nas reuniões de Câmara, eu vim cá a reunião de Câmara em janeiro de 2023, dizer que se fizesse o que fosse preciso, face à posição da CCDR, porque nós tínhamos mesmo de avançar e se fosse preciso mudar de estratégia, no que respeita aos proprietários, a Junta de Freguesia estava disponível para assumir a responsabilidade de que cria esse caminho, porque no passado esse caminho não foi tomado, porque a Junta de Freguesia não assumiu que queria tomar esse caminho, quando a responsabilidade veio à minha mão eu vim cá assumir sem ninguém me perguntar.

Em outubro de 2023, reuni com o senhor Diretor Municipal e depois até lhe confirmei que eram vinte covais, em fevereiro de 2023, antes de vir para a Assembleia Municipal, passei no cemitério para ver quantos covais, para não me enganar, doze, em fevereiro de 2024, já eram nove e como eu já passei duas vezes pelo drama de chegar ao fim do cemitério e não ter onde sepultar

peçoas esperei um bocadinho antes de acontecer a tragédia para intervir, isto é inadmissível uma situação destas e depois vem o senhor Presidente dizer que não sabia que tinha de se alargar o cemitério, é preciso ter descaramento senhor Presidente. Senhor Presidente, não quer pagar, não pague, responda e diga que não, assumo por escrito.

Ainda relativamente ao assunto do cemitério, o senhor Presidente tinha consciência perfeita e o senhor Diretor Municipal também, porque a reunião com ele foi em outubro do ano passado, de que isto ia acontecer, então nós estamos a chegar a junho de 2024 e esperávamos que os buracos se fizessem sozinhos.

O senhor Presidente também já referiu aqui numa Assembleia que há outros métodos, é muito fácil chegar a uma família que está em luto, perdeu o pai ou a mãe ou um ente querido no dia anterior e dizer que têm de ir para crematório, independentemente da vossa vontade ou independentemente da vontade do falecido.»

3) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO ANO DE 2023:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 24 de maio de 2024.

Deliberação n.º 26/2024: Submetida a proposta (n.º 1074/2024) referente aos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Público Municipal de Peniche, que abrange o Município de Peniche e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche, relativas ao ano de 2023, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, constatou-se o seguinte resultado:

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Zero (0).

Votos a favor: Vinte e quatro (24) - dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (6), pelo Partido Social Democrata (7), pela Coligação Democrata Unitária (3) e pelo Chega (1).

Por ter saído da sessão, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista, não votou este ponto.

4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PENICHE E A DIGITAL NOMADS ASSOCIATION PORTUGAL, NO QUE CONCERNE À AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Eu penso que vou colaborar um pouco com a Câmara, depois de ter ouvido todas as lamurias, se calhar, carregadas de razão, acerca da falta de dinheiro que o Município tem para justificar o voto negativo que esta bancada vai fazer a este ponto, isto porque, embora os Nómadas Digitais sejam uma matéria da moda, fala-se muito, não me parece muito lógico que o Município assuma compromissos com uma associação que não passa de uma empresa que pretende ganhar dinheiro para prestar serviço num município que não precisa desse serviço, e porquê? Os nómadas digitais estão por aí, os nómadas digitais têm utilizado o município mais do que uma vez e estão permanentemente em Peniche, desde há vários meses ou anos para cá, trata-se de pessoas que viram do estrangeiro, aquelas que vieram da Europa circulam livremente, não têm necessidade de qualquer tipo de visto, aqueles que não vêm da Europa, nomeadamente aqueles que vêm dos Estados Unidos têm de ter um estatuto que lhes é obtido através da apresentação de um conjunto de formalismos, um dos quais é a garantia de que auferem mensalmente mais de 3.400 euros, ora, não me parece que uma associação que nós não sabemos exatamente o que é, nem para que é que serve, e que não nos traz benefício nenhum, vá usufruir de um espaço na Biblioteca, quando existem inúmeras situações de pedidos à Câmara para utilização de uma sede ou para ter um espaço ou um canto para poderem funcionar, é sempre uma dificuldade imensa e é natural que assim aconteça e, agora, de repente vem uma associação que não vem prestar serviço nenhum que traga qualquer benefício direto ao Município. Vai ter direito a ter um espaço no novo Centro Cívico Intergeracional e usufruir de uma verba de 60.000 euros, depois de termos ouvido aqui que há dificuldade no pagamento de coisas às Juntas de Freguesia, a entidades locais, a associações, vamos agora aprovar uma coisa, mesmo diluída em cinco anos, no valor de 60.000 euros, eu não me parece nada bem, nós vamos votar contra.»

Henrique Estrelinha (PS):

Disse o seguinte:

«Dizer que concordo em grande parte com o que o senhor Deputado Francisco Salvador disse, a informação vem incompleta, é a primeira vez que este assunto vem à Assembleia e o protocolo nem sequer está na pasta dos documentos para nós percebermos o enquadramento da proposta, mas estou praticamente de acordo com tudo o que o senhor Deputado Francisco Salvador disse.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Isto não tinha de vir à Assembleia, isto só vem aqui para ser autorizada a despesa em cinco anos, isto foi aprovado em reunião de Câmara.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Se a memória não me falha, esse projeto foi apresentado em reunião de Câmara, portanto, é público.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Eu acho que este protocolo não vem à Assembleia por vir, ele vem à Assembleia, porque o prazo do protocolo assim o obriga.»

Eu chamo à atenção para um problema, e isto não está a acontecer só com este protocolo, está a acontecer com outro tipo de protocolos e eu conheço alguns, neste momento, há alguns problemas com protocolos com associações que mais não são que empresas e eu julgo que podemos estar perante uma situação igual. Eu acho que manda o bom senso a retirada desta proposta da ordem de trabalhos e que sejamos mais informados sobre esta empresa ou associação, como queiram, depende da perspetiva, porque estes tipos de protocolos, a todo o momento, podem ser questionados pelo Tribunal de Contas e nesta coisa ou se vota a favor ou se vota contra, não há abstenção. Eu como não queria, de imediato, votar contra, acho que o protocolo devia ser retirado, devíamos conversar sobre ele e ver se ele está em conformidade ou não, se ele está, do ponto de vista legal, salvaguardado para todos nós, para a Câmara e para a Assembleia Municipal, portanto, a minha proposta concreta é que o ponto seja retirado desta Assembleia Municipal.»

João Oliveira (Chega):

Disse o seguinte:

«Sobre este tema, em primeiro lugar, devo dizer que eu concordo com parte das preocupações que se manifestaram até aqui na Assembleia e naquilo que disse o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, no entanto, queria frisar o seguinte, o caminho que está a tomar o trabalho e o modo de se desenvolver, inclusivamente, uma economia é cada vez mais ligado a este tipo de atividade. Eu penso que são legítimas e importantes as considerações que foram feitas por todos, mas queria frisar a importância de nós termos atenção a isto, se nós tivéssemos em Peniche um centro dedicado a este tipo de atividade, nós atrairíamos um valor imenso e possivelmente algumas destas dúvidas podiam-se esclarecer se fosse clarificada a missão, o plano estratégico desta associação e em detalhe aquilo que ela realmente vem realmente desenvolver, as finalidades.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu não quero fazer juízos de valor, até porque respeito a opinião de cada pessoa e cada Bancada tem a sua opinião e decisão sobre este assunto, eu só quero dizer e repetir o seguinte, se a memória não me falha eu via a apresentação deste projeto numa reunião de Câmara pública.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Senhor Deputado Henrique Estrelinha, nós pensávamos que discutia o assunto com os senhores vereadores do Partido Socialista e é isso que o senhor Deputado Hugo Martins estar a querer dizer.

Aqui, houve uma falha nossa e eu assumo isso, eu parti do pressuposto que isto já tinha vindo à Assembleia, mas há pouco é que entendi que hoje só vem à Assembleia Municipal devido ao facto de o pagamento ser faseado em quatro ou cinco anos, portanto, ultrapassa os três anos e por é que não veio.

Eu acho importante, até pela apresentação que eles fizeram na BTL que tive a oportunidade de estar presente, acho um projeto muito interessante, admito que possam haver preocupações e dúvidas, são legítimas, algumas considerações, naturalmente que os senhores Deputados são livre de as fazer, não acho, porque às vezes a avaliação para um lado é de uma maneira, para outro já é de outra maneira, é como entenderem, e vamos partilhar convosco a informação que não foi partilhada que é um lapso da nossa parte.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Em nome da mesa queria só solicitar um esclarecimento, há algum inconveniente se retirarmos a proposta?»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Inconveniente há, porque nós íamos fazer o protocolo, eles qualquer dia chateiam-se connosco e vão para outro concelho. Tudo o que vem de fora que é inovador, se for outro concelho a fazer aqui ao lado é uma grande inovação, se for a Câmara Municipal de Peniche a querer fazer é um grande problema, porque são 15.000 euros/ano e liga-se isso à outra despesa.

Logicamente que nós tínhamos interesse em desenvolver este processo, subscrevo inteiramente, acho que é um processo muito interessante e haverá algum concelho no continente a desenvolvê-lo, eu achava interessante que fôssemos o primeiro concelho, logicamente que isto vai colidir com outro objetivo que era tentar que eles se pudessem instalar antes da inauguração do Centro Cívico Intergeracional.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Qual foi a votação na Câmara, relativamente a este assunto? É que as nossas coletividades precisam tanto.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«É preciso esclarecer, porque há muitos potenciais interessados na nossa praça para irem para aquele edifício e para aquelas instalações e isso não é permitido por causa da candidatura.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Eu noto alguma divisão e depois de ouvir o senhor Presidente não sei o que dizer, de facto, primeiro, aquilo que eu tinha visto em relação ao executivo, era uma posição, agora, de facto, noto aqui que há muita divisão e opiniões diversa e com muitas dúvidas, face às dúvidas eu propunha que fosse retirada e poder ser analisada em próxima Assembleia, para haver maior consenso, porque sujeita-se a ser chumbada.»

Deliberação n.º 27/2024: Submetida a proposta (n.º 1124/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com doze (12) votos a favor, nove (9) abstenções e três (3) votos contra, **retirar** o ponto referente à autorização para a assunção do compromisso plurianual, no âmbito do protocolo a celebrar com a Digital Nomads Association Portugal, devendo o assunto ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Por ter saído da sessão, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista, não votou este ponto.

5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TERCEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2024:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Em relação a este assunto, há bem pouco tempo veio aqui a aprovação do Mapa de Pessoal para o ano 2024 e agora, passados seis meses, o reforço desta área de 10 postos de trabalho. A minha pergunta é simples, isto tem a ver com planeamento, quando se refere na proposta que a necessidade, devido a situações de aposentação e mobilidades internas, quem está à frente de recursos humanos e quem gere recursos humanos já sabe que as pessoas se vão aposentar e mobilidades internas, eu recorro que a consolidação das mobilidades internas depende de dois fatores, as pessoas quererem consolidar e as entidades onde eles estão, neste caso são Assistentes Operacionais, também queiram que consolide, recorro também que, ano após ano, a Lei do Orçamento de Estado vem sempre a dizer que as mobilidades vão sendo renovadas anualmente.

Primeiro, porquê 10 postos de trabalho de natureza permanente, equacionou-se outra forma de contratação para assegurar estes 10 postos de trabalho permanente?

Por outro lado, isto é um órgão de fiscalização, mas acima de tudo é um órgão deliberativo, eu gostaria de ter acesso à informação de serviço dos Dirigentes ou dos superiores hierárquicos a pedir à administração, neste caso, ao executivo, a abertura de postos de trabalho, porque isto de nós decidirmos a abertura de lugares no Mapa de Pessoal, gostaria de ter mais informação se possível, vou fazer um requerimento para em futuras alterações ao Mapa de Pessoal seja também apresentado o processo de recrutamento.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«O Chefe de Divisão dessa área pediu uns vinte, aliás, se fossemos fazer a vontade, neste momento podíamos estar a propor dezenas deles, por isso é que a gestão é difícil. Há duas trabalhadoras Assistentes Operacionais que estão englobadas nestes sete postos que tem insuficiência física, tem um atestado médico e não podem continuar a exercer funções com esta exigência e a seguir ou vai para a cantina, ou vai para a escola ou para outro lado qualquer. Nós temos situações recorrentes que procuramos ajustar, ainda há pouco tempo integramos uma pessoa que entrou na Câmara há muito tempo como Pedreiro e agora está na Portaria do armazém, porque outro saiu, isso é o que nós fazemos regularmente, o problema é onde é que inventamos lugares para pessoas que têm dificuldades físicas quando são Assistentes Operacionais, essa é a dificuldade, logicamente, procuramos ajustar e é isso que fizemos. Quando é que nós temos a certeza que as pessoas se vão reformar, agora, sabemos que temos uma carência, saem sete pessoas, eu digo que não vamos contratar as sete pessoas, nem sei se vamos contratar cinco pessoas, agora mais do que isso não vale a pena comprometer, não quero é ser confrontado, daqui a dois ou três meses, que as situações se agravaram.»

Deliberação n.º 28/2024: Submetida a proposta (n.º 1130/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, por maioria, com catorze (14) votos a

favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Socialista (5), do Chega (1) e do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Alberto Bombas Amador, eleito pela Coligação Democrata Unitária (1), e dez (10) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelos senhores José Monteiro Henriques Rocha e Mariana Conceição Santos Rocha, eleitos pela Coligação Democrata Unitária (2) e pelo senhor Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar a terceira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2024, aprovado pela Assembleia Municipal na segunda reunião da sessão ordinária de novembro, realizada em 30 de novembro de 2023.

Por ter saído da sessão, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista, não votou este ponto.

6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A REVOGAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DA COMPETÊNCIA PREVISTA NA ALÍNEA G) NO N.º 1 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL, TRANSFERIDA PARA A FREGUESIA DE ATOUGUIA DA BALEIA:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 31 de maio de 2024.

Deliberação n.º 29/2024: Submetida a proposta (n.º 1128/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, conforme previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6), pela Coligação Democrata Unitária (3) e pelo Chega (1), concordar com a reversão da competência devolvendo à Câmara Municipal a competência “utilização e ocupação da via pública”, com efeitos a partir do mês de julho de 2024.

Por ter saído da sessão, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista, não votou este ponto.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 30/2024: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo duas horas e dezoito minutos do dia oito de junho, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária do mês de junho, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um

da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na primeira reunião da sessão ordinária de novembro da Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de novembro de 2024, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
